

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

CRISTIANA DIAS DE CARVALHO

Acessibilidade nas bibliotecas da Cidade Universitária-USP:
desafios e perspectivas

São Paulo
2013

CRISTIANA DIAS DE CARVALHO

Acessibilidade nas bibliotecas da Cidade Universitária-USP:
desafios e perspectivas

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Biblioteconomia e Documentação da
Escola de Comunicações e Artes da
Universidade de São Paulo como
requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Biblioteconomia

Orientadora: Prof^a Dr^a Asa Fujino

São Paulo
2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Carvalho, Cristiana Dias de

Acessibilidade nas bibliotecas da Cidade Universitária-USP: desafios e perspectivas /
Cristiana Dias de Carvalho. – São Paulo, 2013.

92 f.

Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Biblioteconomia e Documentação /
Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Orientadora: Asa Fujino

1. Biblioteca universitária 2. Acessibilidade 3. Deficiências I. Fujino, Asa II. Título.

CRISTIANA DIAS DE CARVALHO

Acessibilidade nas bibliotecas da Cidade Universitária-USP:
desafios e perspectivas

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Biblioteconomia e Documentação da
Escola de Comunicações e Artes da
Universidade de São Paulo como
requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Biblioteconomia

Orientadora: Profª Drª Asa Fujino

Data de aprovação:

Banca examinadora

Presidente: Profª Drª Asa Fujino – CBD/ECA/USP

Membro: Prof. Dr. Marcelo dos Santos – CBD/ECA/USP

Membro: Margarida Maria de Sousa – Bibliotecária da FEA/USP e
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação ECA/USP

Ao amor e ao companheirismo em forma humana: Cristiano.
À música, pela inspiração, companhia e distração.

AGRADECIMENTOS

Ao meu marido Cristiano por estar comigo em todos os momentos, mesmo nas madrugadas para terminar este TCC. Obrigada pelas revisões no texto, pelo apoio e por acreditar em mim, mesmo quando nem eu mesma acreditava mais.

Ao meu pai Valter e à minha mãe Maria pelo exemplo de vida e de entrega e por sempre enfatizarem a importância de se estudar.

À minha irmã Solange, por ter aberto o caminho da graduação na família e por ser o mais próximo da minha alma gêmea na Terra.

Aos amigos da Biblioteca da ESPM, especialmente: Cibele por todos os conselhos e material para o TCC; Cleidinha pelas ideias e experiências; Nelci e Débora Matos pelas discussões sobre a Biblioteconomia ou a ABNT e pelas conversas e risadas no almoço; Vagner e Rodrigo, meus bixos preferidos, pela descontração nas viagens de metrô e ônibus para a USP e pelas piadas sobre os TCCs de vocês estarem mais adiantados que o meu (mas o meu saiu primeiro!).

A todos os meus companheiros da turma de 2007. Maristela, Pamela, Sandra, Amanda e Gabrielle pelos trabalhos e inquietações compartilhados. Eva pelo apoio e companheirismo na correria e nas dúvidas. Robinson por ser aquele amigo que se preocupa mais com os outros do que consigo mesmo e por sermos, juntos, os últimos da turma a sair da graduação. Fábio, minha dupla mais constante, obrigada por estar presente em quase todos os meus trabalhos em grupo, pelas caronas e pelas infinitas conversas.

À Dulcinéia, bibliotecária da FEA, por se disponibilizar a me receber, pela acolhida e por toda a contribuição com este trabalho, seja pelas palavras ou pelo material cedido.

E à minha orientadora Asa por todos os papos na orientação, por estar sempre disponível e por me dar tantas ideias para o TCC, intencionalmente ou não.

Você aí em pé
você não deve saber
como é o mundo aos olhos de quem sofre
ao se mover

Herbert Vianna

RESUMO

Para oferecer oportunidades iguais de aprendizado, as instituições de ensino superior devem disponibilizar acesso a todas as suas dependências e serviços. As barreiras encontradas pelas pessoas com deficiência para o ingresso e a permanência no ensino superior estão presentes também nas bibliotecas universitárias, que são um recurso extraclasse importante para o aproveitamento das aulas e da vida acadêmica. Com o objetivo de verificar as condições de acessibilidade nas bibliotecas da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo, fez-se um levantamento bibliográfico sobre deficiência e acessibilidade, incluindo a legislação sobre o tema, levantamento de dados sobre a Universidade de São Paulo, suas unidades de ensino e suas bibliotecas. Verificou-se, por meio de questionário ou visita, as condições de acessibilidade ofertadas pelas bibliotecas em comparação com a presença de alunos com deficiência matriculados nas unidades de ensino.

Palavras-chave: Biblioteca universitária, Acessibilidade, Deficiências.

ABSTRACT

In order to provide equal opportunities for learning, higher education institutions should provide access to all its facilities and services. The barriers faced by persons with disabilities related to the admission and remaining in higher education are also presents in the university libraries, which is an important resource for extracurricular use of classes and the academic life. With the objective to verify the conditions of the access in the libraries of the Armando de Salles Oliveira university campus of the University of São Paulo, a bibliographic research about the disability and accessibility were performed, including the legislation about this subject, a survey data about the University of São Paulo, its education units and their libraries. Through a questionnaire or visit it was found the accessibility conditions offered by libraries compared with the presence of students with disabilities in education units.

Keywords: University Library , Accessibility, Disabilities.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Matrículas de alunos no ensino superior, por tipo de deficiência	27
Quadro 2 – Número de alunos que se declararam com deficiência, por tipo de deficiência	46
Quadro 3 – Número de alunos e servidores, por unidade de ensino em 2011.....	52
Quadro 4 – Número de usuários, por biblioteca em 2011	53
Quadro 5 – Número de itens no acervo, por tipo e biblioteca em 2011.....	55
Quadro 6 – Números de circulação do acervo por tipo e biblioteca em 2011	57
Quadro 7 – Número de alunos com deficiência por tipo e unidade de ensino em 2012	59

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CCL	Catálogo Coletivo de Livros em Braille e Livros Falados
CECAE	Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais
DSP	Departamento de Serviço Público
EACH	Escola de Artes, Ciência e Humanidades
ECA	Escola de Comunicações e Artes
EEB	Empréstimo entre Bibliotecas
EEFE	Escola de Educação Física e Esporte
EP	Escola Politécnica
EPBC	Biblioteca Central da Escola Politécnica
EPEC	Biblioteca de Engenharia Civil da Escola Politécnica
EPEL	Biblioteca da Engenharia Elétrica da Escola Politécnica
EPMI	Biblioteca de Engenharia de Minas da Escola Politécnica
EPMN	Biblioteca de Engenharia Mecânica, Naval e Oceânica da Escola Politécnica
EPMT	Biblioteca de Engenharia Metalúrgica da Escola Politécnica
EPQI	Biblioteca de Engenharia Química da Escola Politécnica
EPRO	Biblioteca de Engenharia de Produção da Escola Politécnica
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FCF	Faculdade de Ciências Farmacêuticas
FE	Faculdade de Educação
FEA	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FMVZ	Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
FO	Faculdade de Odontologia
FUVEST	Fundação Universitária para o Vestibular
IAG	Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas
IB	Instituto de Biociências
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICB	Instituto de Ciências Biomédicas
IF	Instituto de Física
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
IGc	Instituto de Geociências
IME	Instituto de Matemática e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IO	Instituto Oceanográfico
IP	Instituto de Psicologia
IQ	Instituto de Química
IRI	Instituto de Relações Internacionais
LIBRAS	Linguagem Brasileira de Sinais
NBR	Norma Brasileira
NCE-UFRJ	Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro
NVDA	Non Visual desktop Access
ONU	Organização das Nações Unidas
Poli	Escola Politécnica
Reintegra	Rede de Informações Integradas sobre Deficiências
RNP	Rede Nacional de Pesquisa
SBiB	Serviço de Biblioteca e Informação Biomédica
SIBiUSP	Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo
SDO	Serviço de Documentação Odontológica
TDAH	Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade
TICs	Tecnologias da informação e comunicação
TOC	Transtorno obsessivo-compulsivo.
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Objetivo.....	13
1.2 Justificativa.....	13
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	14
3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	15
3.1 Tipos de deficiências	18
3.2 População	18
3.3 Acessibilidade	19
3.4 Direitos	22
3.4.1 Direito à educação.....	24
4 BIBLIOTECAS ACESSÍVEIS.....	32
4.1 Aplicando a NBR 9050	36
4.2 Tecnologia Assistiva.....	38
5 USP	41
5.1 População USP.....	41
5.2 Cidade Universitária.....	41
5.3 Acessibilidade na USP e Programa USP Legal	42
6 O SIBiUSP	49
6.1 Histórico.....	49
6.2 Medidas de acessibilidade	50
6.3 As Bibliotecas da Cidade Universitária	51
7 ANÁLISE: QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	61
7.1 Escola de Comunicações e Artes (ECA): Biblioteca Maria Luiza Monteiro da Cunha	61
7.2 Escola Politécnica (EP): Bibliotecas.....	62
7.3 Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA): Biblioteca	63
7.4 Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH): Biblioteca Florestan Fernandes	65
7.5 Faculdade de Odontologia: Biblioteca	66
7.6 Instituto de Psicologia (IP): Biblioteca Dante Moreira Leite	67
7.7 Conclusões da análise dos questionários	68

8 ANÁLISE: OBSERVAÇÃO DAS UNIDADES.....	69
8.1 Escola de Educação Física e Esportes (EEFE): Biblioteca Cyro de Andrade	69
8.2 Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU): Biblioteca.....	70
8.3 Faculdade de Educação (FE): Biblioteca	71
8.4 Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ): Biblioteca Virginie Buff D'Apice.....	72
8.5 Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG): Biblioteca	73
8.6 Instituto de Biociências (IB): Biblioteca	74
8.7 Instituto de Ciências Biomédicas (ICB): Biblioteca.....	75
8.8 Instituto de Física (IF): Biblioteca	75
8.9 Instituto de Geociências (IGc): Biblioteca.....	76
8.10 Instituto de Matemática e Estatística (IME): Biblioteca Prof. Carlos Benjamin de Lyra	77
8.11 Instituto de Química (IQ) e Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF): Biblioteca	78
8.12 Instituto Oceanográfico (IO): Biblioteca Prof. Dr. Gelso Vazzoler	79
8.13 Conclusões da análise das visitas de observação.....	80
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS.....	82
APÊNDICE A – Questionário enviado às bibliotecas	90
ANEXO A – Questionário sobre deficiência disponível no Sistema JupiterWeb	91

1 INTRODUÇÃO

Na nossa sociedade, o sucesso está se tornando cada vez mais importante. E quais são as características das pessoas de sucesso? Ou melhor, como é o corpo de uma pessoa de sucesso? Por não corresponderem ao que foi estabelecido como “perfeição física”, as pessoas com deficiência muitas vezes são discriminadas, não recebendo oportunidades ou recebendo oportunidades desvantajosas se comparadas às oferecidas às pessoas sem deficiência. A completa inclusão continua muito difícil, pois os padrões estéticos e de eficiência, além da exigência de desempenho cada vez mais altos oneram aqueles que não tiveram um preparo compatível com a média da sociedade.

Mesmo com as dificuldades ainda enfrentadas, a cada dia as pessoas com deficiência se tornam mais integradas às suas comunidades e à sociedade em geral. Mas ainda há um longo caminho a perseguir. Segundo o Censo Demográfico 2010, do IBGE, 24,5% da população do município de São Paulo tem deficiência. Ao observamos nossas ruas, nossos trabalhos, nossos meios de transportes, nossos equipamentos culturais e, no caso deste trabalho, nossas instituições de ensino fica fácil notar que a maioria destas pessoas ainda não se apropriou do espaço da cidade.

Gil (2005, p. 34) afirma que quase não vemos pessoas com deficiência na rua, nos restaurantes, na televisão, na política, etc., devido a um círculo vicioso: elas não estão nas ruas porque estas não são acessíveis e os ambientes não são acessíveis porque não temos pessoas com deficiência nas ruas.

É preciso garantir que nossa sociedade e nossas instalações estejam capacitadas para proporcionar que todas as pessoas, independentemente de suas necessidades, interesses, habilidades ou limitações, tenham autonomia para circular, fazer uso, se apropriar e interagir na nossa cidade.

E para que o cidadão possa usufruir de todos os benefícios que a sociedade oferece, é preciso que seus direitos sejam garantidos. E para conhecer e fazer cumprir seus direitos, o cidadão precisa ter acesso à educação.

Para enfrentar o mundo em igualdade de condições, as pessoas com deficiência precisam ter a mesma formação educacional e cultural de toda a sociedade. É preciso que as pessoas com deficiência alcancem o mesmo nível de

escolaridade das pessoas sem deficiência. É urgente que pessoas com deficiência no ensino superior não sejam consideradas exceção.

Para frequentar o ensino superior, é preciso que as pessoas com deficiência tenham acesso a todas as ferramentas necessárias para garantir sua permanência na universidade. Garantir o acesso à biblioteca universitária também é garantir o direito a uma educação de qualidade.

1.1 Objetivo

A partir de análise da bibliografia sobre deficiência e acessibilidade e dos documentos que buscam garantir o respeito aos direitos das pessoas com deficiência, verificar a situação da acessibilidade nas bibliotecas da Universidade de São Paulo (USP), campus Butantã e a infraestrutura disponível para receber tais usuários.

1.2 Justificativa

A existência de 24,5% de pessoas com deficiência na cidade de São Paulo e a pouca visibilidade dessas pessoas nas ruas e, principalmente, na Cidade Universitária, nos leva a refletir sobre eventuais dificuldades para o acesso físico, mas principalmente sobre as condições facilitadoras de acesso à informação presente nos acervos das bibliotecas da USP para esta parcela tão significativa da população.

Implementar medidas que garantam o acesso às bibliotecas vem ao encontro da missão desta instituição: disponibilizar informação e conhecimento a todos, sem discriminação, propiciando condições para o desenvolvimento pessoal e intelectual visando uma sociedade mais justa e igualitária.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A realização deste trabalho iniciou-se com a coleta de referencial teórico sobre deficiência e acessibilidade.

Após a identificação de conceitos importantes para a pesquisa e da contextualização da área a ser investigada, passou-se a reunir dados sobre a Universidade de São Paulo, a Cidade Universitária e suas bibliotecas.

Em seguida foi feita a convergência de dados para comparar a situação de acessibilidade ideal e a praticada na USP e em suas bibliotecas, além de trabalhar os dados referentes ao alunado com deficiência.

Foi, então, tomada a decisão de se abordar apenas as bibliotecas da Cidade Universitária, pela proximidade e facilidade de acesso em caso de visitas. Após a verificação de que não há dados sobre deficiência de toda a comunidade USP, apenas dos alunos, tomou-se outra decisão delimitadora: abordar apenas as bibliotecas de unidades de ensino.

Após o envio de questionário para as bibliotecas das unidades de ensino da Cidade Universitária, foram feitas visitas às unidades que não responderam o questionário.

Com todos os dados disponíveis coletados, encerra-se o trabalho com as análises dos questionários respondidos e das visitas às bibliotecas.

3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A terminologia usada para tratar de pessoas que apresentam alguma deficiência esteve em constante alteração. Atualmente, utiliza-se o termo pessoa com deficiência.

Na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, foi utilizado este termo. No documento redigido na Convenção, consta a definição do termo, onde,

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2009a, artigo 1).

A NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, também define deficiência:

Redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004).

A idealização do corpo humano é recorrente, adotando-se a “perfeição corporal” como única realidade aceita como “normal”, um ideal a ser buscado a qualquer custo. Ao longo da história, foram adotados padrões para classificar as pessoas. Aquelas que não se “encaixam no molde” são discriminadas e se sentem à margem da sociedade.

Bianchetti e Freire (2008, p. 14) afirmam que

ao definir padrões estéticos (peso, medidas...) que determinam a anorexia como ideal de vida e ao determinar a produtividade (que nem sempre está relacionada a trabalho!) como condição de pertencimento e integração, a sociedade capitalista prefixa quem é *in* e quem é *out*

A partir desta padronização, as pessoas são categorizadas de acordo com características desejáveis ou indesejáveis. Segundo Goffman (1988, p. 11), as pessoas são inseridas pela sociedade em categorias de acordo com atributos considerados comuns para membros destes grupos. O que foge do considerado comum é muitas vezes taxado como imperfeito ou inferior.

Essa padronização atinge diretamente as pessoas com deficiência. Visto que o ser humano só se desenvolve plenamente em contato com o meio e com outras pessoas, ter suas diferenças apontadas ou percebidas a cada contato pode resultar em um sentimento de isolamento na pessoa com deficiência.

Para Goffman (1988, p. 134), “a diferença, em si, deriva da sociedade, porque, em geral, antes que uma diferença seja importante ela deve ser coletivamente ‘conceptualizada’ pela sociedade como um todo”.

Apesar de todos os avanços na nossa sociedade, muitas vezes as pessoas com deficiência ainda são classificadas automaticamente como incapazes, independente da atividade que pretendam realizar. Não lhes é concedido nem mesmo o benefício da dúvida. Sua única característica que é notada é a deficiência. “O atributo que o tornou diferente dos outros faz do indivíduo um ser reduzido àquela imperfeição”. (TOMASINI, 1998, p. 117)

Devido a esta desconfiança inicial, que muitas vezes é originada na própria família (seja por também não acreditar no seu potencial ou por tentar protegê-la da discriminação da sociedade), algumas pessoas com deficiência trancam-se em casa ou em instituições segregadoras ou, quando saem às ruas, tendem a acreditar que realmente são incapazes. Tomasini (1998, p. 118) aborda a autoimagem da pessoa com deficiência no trecho a seguir:

No “cerimonial” das interações, a identidade pessoal de um indivíduo marcada pelos sinais evidentes que expõem à percepção dos demais sua diferença, entra em confronto com um elaborado modelo de normalidade. É nesse campo de forças que ele elabora a imagem que tem de si mesmo e adquire uma identidade social construída com base nos interesses e nas definições de outras pessoas.

Ao se isolar do convívio social, a pessoa com deficiência deixa de desenvolver suas habilidades, já que os obstáculos não vêm de sua deficiência, mas do meio e das pessoas não preparados para conviver com a diferença. Como salienta Ross (2008, p. 79),

Na verdade, suas potencialidades [da pessoa com deficiência] são fruto de experiências que foram acumuladas ao longo dos anos, obtidas tanto no âmbito da educação formal quanto da esfera da prática social mais ampla. As limitações relativas às necessidades de comunicação e intercâmbio com o mundo natural e social dos portadores de uma distinção biológico-físico-sensorial, nessa linha de raciocínio, não são decorrentes de uma incapacidade inata, mas simplesmente de uma potencialidade não desenvolvida em decorrência de uma carência de recursos educativos e outras mediações histórico-sociais. [...] Capacidades e habilidades são desenvolvidas socialmente e historicamente.

Ao mesmo tempo que é importante exigir a igualdade de oportunidades às pessoas com deficiência, não se pode ignorar que, para a inclusão efetiva, é preciso abordar as necessidades específicas das mesmas.

Também pode ser perigoso considerar a igualdade entre os homens como algo pronto e acabado. Nesse caso, aqueles indivíduos destituídos de uma capacidade sensorial vinculada ao biológico nada teriam a reivindicar. Deveriam tão-somente assumir suas obrigações, desempenhar seu papel na sociedade, de modo a contribuir para a harmonia do “organismo social”. (ROSS, 2008, p. 70)

Castanho e Freitas (2005, p. 2) ressaltam a importância da inclusão:

O respeito às diferenças e a igualdade de oportunidades requer o movimento de incluir, que faz uma ruptura com o movimento da exclusão. [...] A inclusão é a garantia à todos do acesso contínuo ao espaço comum na vida em sociedade, que deverá estar organizada e orientada, respeitando a diversidade humana, as diferenças individuais, promovendo igualdade de oportunidades de desenvolvimento para toda a vida.

Inclusão, segundo o Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2012), é a “política de integração plena de um indivíduo ou de um grupo na sociedade através de projetos que visam equacionar as dificuldades e carências que esse indivíduo ou grupo apresenta”.

Ao se pensar as pessoas com deficiência, é importante lembrar que cada ser humano é único e singular. Cada pessoa, com ou sem deficiência, tem necessidades, interesses, habilidades e limitações diferentes. Cabe ressaltar que pessoas com a mesma deficiência, não têm, obrigatoriamente, as mesmas

necessidades. Para o atendimento de todos, com igualdade, é preciso pensar a diversidade, inclusive de pessoas com a mesma deficiência.

A diversidade existente entre os seres humanos se expressa em distintas formas e é possível considerar-se, recursivamente, que exista uma diversidade dentro da diversidade. Esse raciocínio conduz a que características individuais tais como deficiências sensoriais específicas sejam consideradas inadequadas para caracterizar coletivos humanos, sempre que se esqueça a diversidade existente entre esse grupo de pessoas.” (TORRES; MAZZONI; MELLO, 2007, p. 383)

3.1 Tipos de deficiências

O guia elaborado pela Prefeitura de São Paulo intitulado Dicas de relacionamento com as pessoas com deficiência (PREFEITURA DE SÃO PAULO 2012), traz definições dos diferentes tipos de deficiências:

- Deficiência física: “Engloba vários tipos de limitações motoras, como paraplegia, tetraplegia, paralisia cerebral e amputação”;
- Deficiência auditiva: “Redução ou ausência da capacidade de ouvir determinados sons em diferentes graus de intensidade”;
- Deficiência visual: “Redução ou ausência total de visão, podendo ser dividida em baixa visão ou cegueira”;
- Surdocegueira: “Deficiência única, que apresenta a perda da visão e da audição concomitantemente em diferentes graus”;
- Deficiência intelectual: “Limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, que aparecem nas habilidades conceituais, sociais e práticas, antes dos 18 anos”;
- Deficiência múltipla: “Associação de duas ou mais deficiências”.

3.2 População

Segundo o Censo Demográfico 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2011), a população brasileira é de 190.755.799 habitantes. Deste total, 45.606.048 pessoas têm, pelo menos, uma deficiência, ou seja, 23,9% da população brasileira.

Ainda segundo o IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2011), no município de São Paulo, onde se encontra a Cidade Universitária, nosso objeto de pesquisa, a população total é de 11.253.503 pessoas. Destas, 2.759.004 apresentam alguma deficiência, representando 24,5% da população da cidade.

Incluindo-se as pessoas com mais de um tipo de deficiência, 2.274.466 apresentam algum nível de deficiência visual, 516.663 têm deficiência auditiva, 674.409 têm deficiência motora e 127.549 têm deficiência mental/intelectual.

Embora a existência de apenas uma pessoa com deficiência justifique os investimentos em acessibilidade, a alta porcentagem de incidência de deficiência na população, acrescida da perspectiva de crescimento devido ao aumento da expectativa de vida da população, prova que, para garantir a acessibilidade de todos, é indispensável garantir o acesso das pessoas com deficiência.

E ainda há muito a fazer, pois existem barreiras arquitetônicas e sociais a serem derrubadas para que as pessoas com deficiência possam participar igualmente como cidadãos. É preciso “corrigir as profundas desvantagens sociais das pessoas com deficiência e [...] promover sua participação na vida econômica, social e cultural, em igualdade de oportunidades” (BRASIL, 2009a).

3.3 Acessibilidade

Além da idealização do corpo perfeito, já abordada neste trabalho, há a padronização dos locais. O mundo é pensado e construído buscando um padrão, que está longe de atender a todas as pessoas e suas necessidades.

Andar pela maioria das calçadas da cidade de São Paulo é uma atividade cheia de obstáculos. Quem se aventura, está sujeito a quedas, torções e fraturas, além de ter que desviar de buracos, placas, postes, ‘orelhões’... Se há inúmeros relatos de acidentes com pessoas sem deficiência, uma pessoa com dificuldade de locomoção, em cadeira de rodas ou com deficiência visual terá muito mais dificuldades para se locomover pelas calçadas estreitas e perigosas de nossa cidade.

Todas estas dificuldades acabam fazendo com que as pessoas com deficiência se sintam intimidadas em enfrentar as ruas.

“Neste círculo vicioso, vemos que os espaços construídos excluem as minorias de PDL [pessoas com dificuldade de locomoção] que, por sua vez, deixam de se considerar como agentes passíveis de inclusão no espaço e passam a rejeitar os lugares, acelerando ainda mais o processo que os afasta do convívio com os demais habitantes da cidade. A exclusão espacial e a exclusão social passam, então, a significar praticamente a mesma coisa.” (DUARTE; COHEN, 2004, p. 6)

Duarte e Cohen ressaltam que a maior parte dos impedimentos infringidos às pessoas com deficiência não se originam da deficiência em si.

[...] muitas das limitações e incapacidades das PDL [pessoas com dificuldade de locomoção] não se devem a uma falta de habilidade de se adaptarem ao ambiente, mas a uma deficiência do espaço construído de abrigar diversidades. Neste caso, a deficiência em si não é o fator causador da imobilidade e sim a falta de adequação do meio.

E ainda,

Constata-se assim que tudo o que afasta uma PDL [pessoa com dificuldade de locomoção] de sua plena capacidade de apreensão do mundo e de sua consciência existencial (sua dificuldade de locomoção, sua aparência ou sua diferença, por exemplo) poderá ser reduzido à condição de sua simples dificuldade se sua vida cotidiana urbana for sustentada por uma cidade universalmente acessível. (DUARTE; COHEN, 2004, p. 6)

Seguindo a ideia de que é o ambiente que causa a deficiência, Ferrés (2006, p. 22) salienta que o conceito de deficiência pode ser redefinido:

É importante constatar que é o ambiente que gera exclusão e de fato é o que gera deficiência. Um ambiente preparado para as diferenças não exclui e permite o acesso e a integração plena, desde o ponto de vista funcional e psicológico, naquelas atividades diárias realizadas por todos, redefinindo assim o próprio conceito de deficiência (FERRÉS, 2006, p. 22).

Diante destas novas maneiras de se considerar a deficiência e, conseqüentemente, a inclusão, é preciso garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência, para que possam usufruir dos serviços e do convívio em condições de igualdade em comparação às pessoas sem deficiência.

Acessibilidade, segundo o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, é a

condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004)

Costa, Maior e Lima (2005, p. 3) abordam as novas maneiras de se pensar a acessibilidade, como o Design Universal (ou Desenho Universal), por exemplo, que

tem revolucionado a criação de artefatos, a arquitetura, a engenharia, o design gráfico e até os recursos da medicina. Trata-se de uma nova visão que prega a necessidade de serem levadas em consideração as diferenças, no momento da concepção de toda e qualquer ação a ser empreendida.

Como esclarece Ferrés (2006, p. 21), o Design Universal busca a criação de produtos e ambientes que podem ser utilizados por todas as pessoas indistintamente, em oposição à criação de produtos e ambientes diferenciados, que segregam e discriminam.

O Decreto nº 5.296 (BRASIL, 2004) conceitua desenho universal como:

concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade.

Pensando-se em um espaço inclusivo que considere as recomendações do Design Universal, ele deve permitir que todas as pessoas, independente de suas características e particularidades, possam utilizar com autonomia e segurança, garantindo uma identificação com o meio e com a comunidade.

Para Bittencout et al (2004, p. 1) “um espaço construído, quando acessível a todos, é capaz de oferecer oportunidades igualitárias a todos seus usuários”.

Embora notem-se grandes avanços na acessibilidade em São Paulo, ainda há muito a se fazer para garantir oportunidades e facilidades iguais a todas as pessoas, como bem demonstra Aceti (2007, p. 209):

No momento que estabelecemos uma escada, ou mesmo uma sarjeta como regra de acesso às vias públicas, estamos excluindo

peças, gerando um processo discriminatório, mas, quando substituímos o acesso por rampas, o não-deficiente e o deficiente teriam a mesma oportunidade, eliminar-se-ia a exclusão e a igualdade imperaria.

É preciso ressaltar que, ao melhorar a acessibilidade dos diversos locais, as pessoas sem deficiência também são beneficiadas. Considerando o caso das calçadas de São Paulo, abordado anteriormente, ao se adotar medidas que garantam a acessibilidade, todos poderão usufruir de uma diminuição do número de acidentes. Por exemplo, menos pessoas sofrerão fraturas ou torções, as mulheres terão que se preocupar menos com os saltos altos quebrados, etc.

Portanto, garantir condições favoráveis de circulação a todas as pessoas não é definitivamente favor, muito menos caridade. Trata-se de respeito às leis e aplicação de direitos à vida de todos os cidadãos.

3.4 Direitos

Além de atendimento prioritário, garantido pela Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 (BRASIL, 2000a), as pessoas com deficiência, contam com inúmeros outros instrumentos que visam garantir, direta ou indiretamente, direitos de igualdade de oportunidades através de leis, decretos, e convenções.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos é possível ler que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos” e que “toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie [...]” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Já a Constituição da República Federativa do Brasil afirma que são direitos de todos os cidadãos “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988).

Tratando especificamente dos direitos das pessoas com deficiência, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência tem como alguns de seus princípios, dispostos no artigo 3:

- O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas;
- A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;
- O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;
- A igualdade de oportunidades;
- A acessibilidade (BRASIL, 2009a)

O documento afirma ainda que os Estados Partes que assinaram esta Convenção devem

assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público (BRASIL, 2009a).

A Declaração dos direitos das pessoas deficientes, de 1975, estabelece que “as pessoas deficientes têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana” e “têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1975).

O Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048 e nº 10.098, em seu 6º artigo, especifica quais medidas devem ser adotadas para o atendimento prioritário, entre elas: disponibilização de “assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis”; “mobiliário [...] adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas”; pessoal capacitado (incluindo intérprete de LIBRAS – Linguagem Brasileira de Sinais) para o atendimento de pessoas com deficiência auditiva, visual, mental e múltipla; sinalização ambiental; “admissão de entrada e permanência de cão-guia [...] junto de pessoa portadora” (BRASIL, 2004).

No mesmo documento, no artigo 19º, lê-se:

a construção, ampliação ou reforma de edificações de uso público deve garantir, pelo menos, um dos acessos ao seu interior, com comunicação com todas as suas dependências e serviços, livre de barreiras e de obstáculos que impeçam ou dificultem a sua acessibilidade (BRASIL, 2004).

O estabelecimento de leis e portarias busca garantir a igualdade de direitos às pessoas com deficiência, diminuindo a desigualdade econômica e social que também acomete estas pessoas, agravando a discriminação e o preconceito. Uma pessoa com deficiência sem acesso a recursos financeiros, tem ainda mais dificuldades para executar atividades cotidianas. Para Aceti (2007, p. 209), “a norma legal deve ser justa e principalmente garantir o tratamento isonômico a todos, impedindo a concessão de privilégios a alguns em detrimento de outros”.

E ressalta que

o que se almeja assegurar não é a aparente igualdade, seja física ou psicológica. A norma seria redundante neste ponto, pois sabemos que somos iguais em nossa essência. O que se busca com tal princípio é assegurar a igualdade das coisas, das oportunidades, do acesso, desde aqueles oriundos da locomoção até o acesso à comunicação e aos meios de informação e ensino. (ACETI, 2007, p. 209)

Pupo, Carvalho e Oliveira (2008, p. 261) destacam alguns benefícios conquistados pelas pessoas com deficiência a partir da legislação em vigor:

implementação de projetos de equiparação de oportunidades; implantação de redes de informação e implementação gradual das leis de cotas na contratação de pessoas com deficiência. Evidenciam-se os avanços em Ciência e Tecnologia e o desenvolvimento de novas tecnologias da informação e comunicação (TIC's) que ampliam as possibilidades de acesso de pessoas com deficiência à Web, e, conseqüentemente, ao conhecimento.

3.4.1 Direito à educação

Um dos direitos básicos de todo cidadão é o direito à educação e não faltam instrumentos para exigí-lo.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que “toda pessoa tem direito à instrução” e que a instrução superior deve ser “acessível a todos [...], baseada no mérito” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Em nossa Constituição, no capítulo III, seção I, diz:

a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando

ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Na mesma seção, estabelece que o ensino ofereça “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e que o Estado garanta “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, tem como um dos seus princípios básicos a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996).

Especificamente sobre a educação especial, assegura, entre outros itens, “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em seu artigo 24, garante que “os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis” e que “adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas”. Além disso, procura assegurar “que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino superior em geral [...] sem discriminação e em igualdade de condições” (BRASIL, 2009).

Já no Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que em seu artigo 24º trata especificamente da acessibilidade de instituições de ensino, pode-se ler:

os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários (BRASIL, 2004).

O capítulo IV, artigo 12 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 estabelece normas quanto a locais de conferências e aulas (obrigatoriamente presentes em instituições de ensino), que

deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação (BRASIL, 2000b).

Para garantir que as instituições de ensino superior ofereçam ambientes acessíveis aos seus alunos foi publicada a Portaria n.º 3.284 de 7 de novembro de 2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Em seu 1º artigo, determina que

[...] sejam incluídos nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores, para fins de autorização e reconhecimento e de credenciamento de instituições de ensino superior (...) requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais (BRASIL, 2003).

Portanto, as pessoas com deficiência são amparadas por leis e outros instrumentos em seu direito à educação e outros direitos básicos. Cabe ao poder público, às instituições públicas e particulares e à sociedade assegurar que estas garantias não fiquem apenas no papel.

Apesar de todos estes meios para a inclusão das pessoas com deficiência no ensino, ainda há uma parcela destas pessoas que não chega ao ensino superior.

Segundo o Censo Demográfico, em 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2011), havia 13.743.563 pessoas com ensino superior completo ou incompleto no Brasil. Destas, 2.623.707 (ou 19,1%) afirmaram ter, pelo menos, uma deficiência física. Ora, se 23,9% da população brasileira têm deficiência, é preciso ainda que entre 700 e 800 mil pessoas com deficiência tenham acesso à educação superior para que a inclusão seja compatível numericamente com a porcentagem de pessoas com deficiência em relação à população total.

Ainda segundo os dados do Censo Demográfico 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2011), apenas 7,2% da população brasileira têm ensino superior completo ou incompleto. E se considerarmos que somente 5,75% da população com deficiência tiveram acesso ao ensino superior, vemos que a desigualdade educacional é maior com esta parcela da população.

Como esta questão do Censo foi aplicada a pessoas com mais de 15 anos, não é possível fazer uma análise detalhada deste cenário, já que a idade mínima de ingresso no ensino superior costuma ser entre 17 e 18 anos. Seria importante

também, especificar entre as pessoas com ensino superior incompleto, quantas ainda estão cursando e quantas abandonaram o curso, assim teríamos um comparativo das dificuldades entre as pessoas com deficiência e as sem deficiência.

Também não podemos detalhar a análise para a cidade de São Paulo, já que o IBGE não apresenta dados de deficiência e acesso ao ensino superior abordando separadamente as cidades ou mesmo os estados.

Ao analisar os dados do Censo da educação superior de 2011, há uma grande disparidade com os dados do Censo Demográfico 2010.

Considerando-se que o Censo Educacional (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2013b) informa que havia, em 2011, 6.739.689 alunos matriculados no ensino superior e que, destes, 22.297 têm alguma deficiência, apenas 0,3% destas matrículas são de pessoas com deficiência.

No quadro a seguir, apresentamos o número de pessoas, separadas pelo tipo de deficiência apresentada, matriculadas no ensino superior em 2011:

Quadro 8 – Matrículas de alunos no ensino superior, por tipo de deficiência

Cegueira	3.301
Baixa visão	5.944
Surdez	1.582
Deficiência auditiva	4.078
Deficiência física	5.946
Surdocegueira	148
Deficiência múltipla	684
Deficiência intelectual ¹	614
TOTAL	22.297

Fonte: Dados obtidos de INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2013b

O que podemos considerar destes dados? As pessoas que informam sua escolaridade no Censo Demográfico estariam passando dados errados? As pessoas

¹ Para facilitar a leitura do quadro, autismo infantil, síndrome de Asperger, síndrome de Rett e Transtorno desintegrativo da infância foram somados à deficiência intelectual. Além disso, o quadro original trazia dados de superdotação como um tipo de necessidade especial e, devido à temática da nossa pesquisa, estes dados não foram incluídos.

matriculadas no ensino superior não estão informando que têm deficiência? Está mais difícil alcançar o ensino superior agora? Estas dúvidas só poderão ser sanadas com dados mais detalhados relativos às pessoas com deficiência e sua escolaridade.

Devido ao déficit de ensino das pessoas com deficiência durante toda a vida escolar, a porcentagem destas pessoas que ingressam no ensino superior é inferior à porcentagem de pessoas sem deficiência.

Para Moreira (2005, p. 2) o que impede a entrada destes estudantes no ensino superior é a impossibilidade de usufruir o direito à escola básica.

Mesmo os que conseguiram ingressar em turmas regulares de educação básica, provavelmente tiveram, salvo raras exceções, que enfrentar mais dificuldades para absorver o conteúdo com professores e turmas não preparados para a inclusão.

Não faltam textos exaltando a importância da educação para a formação dos indivíduos e da sociedade. Para Cury (2002, p. 260) através da educação, o cidadão pode participar efetivamente da sociedade, pois “torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação” e promove uma transformação interna, já que a educação “dá ao indivíduo uma chave de autoconstrução e de se reconhecer como capaz de opções” e é “uma chave de crescente estima de si”.

Além do benefício do autoconhecimento e da contribuição para a sociedade, a educação torna-se cada vez mais indispensável também para o desenvolvimento profissional, como destaca Ross (2008, p. 54) ao dizer que “o mundo moderno exige conhecimentos mais amplos do que no passado, elevando a demanda por maior qualificação média não apenas da força de trabalho, mas de todos os membros da sociedade”.

O ingresso das pessoas com deficiência no ensino superior é essencial para a efetiva participação destas no desenvolvimento da sociedade e na evolução do conhecimento.

[...] A universidade é essencial para a criação, transferência e aplicação de conhecimentos e para a formação e capacitação do indivíduo, como também para o avanço da educação em todas as suas formas. Por tudo isso, a Educação Superior constitui importante

meio para a produção do conhecimento científico e para o avanço tecnológico em uma sociedade.” (CASTANHO, FREITAS, 2005, p. 1)

Para reverter o quadro de ausência das pessoas com deficiência nos níveis mais altos de escolaridade, é preciso superar a desigualdade causada pelo pensamento (anteriormente único) de que as pessoas com deficiência não poderiam aprender inseridas em turmas tradicionais de ensino, tendo assim, que receber educação especializada, voltada exclusivamente para as especificidades de sua deficiência, caracterizando-se, assim, a exclusão e a segregação dos diferentes.

Bianchetti e Freire (2008, p. 16) alertam que

Sob o discurso de que esses indivíduos possuem características físicas, emocionais e mentais que exigem tratamento diferenciado, eles são separados e excluídos dos meios “normais” e regulares de ensino. Surgem assim as instituições de educação especial, que, ao inserir em seu interior esses indivíduos, procuram, por meio de programas especializados, garantir uma certa simetria entre o que a sociedade tem como “normal” e “aceitável” e a maciça expressividade do indivíduo que diverge

É preciso considerar que, se há pessoas que não conseguem aprender pelos métodos de ensino padronizados (não só pessoas com deficiência), os métodos precisam ser aperfeiçoados.

Para mudar o estereótipo de não adaptação ao ensino tradicional, é necessário que as pessoas e suas diferenças convivam no mesmo ambiente, aprendendo, além dos conteúdos programáticos, umas com as outras.

Do mesmo modo que, não se pode perder de vista que, fazendo parte do cenário de exclusões, de toda ordem, estão as pessoas com necessidades educacionais especiais que, foram e ainda são representados, pelas categorias da ineficiência, do desvio, do atípico e do improdutivo. (MOREIRA, 2005, p. 2)

Para uma inclusão correta, têm-se sempre que ter em mente o respeito à igualdade e à diferença, já abordados neste trabalho.

Para Cury (2002, p. 255),

a dialética entre o direito à igualdade e o direito à diferença na educação escolar como dever do Estado e direito do cidadão não é uma relação simples. De um lado, é preciso fazer a defesa da igualdade como princípio de cidadania, da modernidade e do

republicanismo. A igualdade é o princípio tanto da não-discriminação quanto ela é o foco pelo qual homens lutaram para eliminar os privilégios de sangue, de etnia, de religião ou de crença. Ela ainda é o norte pelo qual as pessoas lutam para ir reduzindo as desigualdades e eliminando as diferenças discriminatórias. Mas isto não é fácil, já que a heterogeneidade é visível, é sensível e imediatamente perceptível, o que não ocorre com a igualdade. Logo, a relação entre a diferença e a heterogeneidade é mais direta e imediata do que a que se estabelece entre a igualdade e a diferença.

E não basta apenas incentivar a entrada na universidade, é preciso garantir condições de acesso, de frequência e apoio didático, para que o aluno consiga completar o curso e, quem sabe, dar continuidade à vida acadêmica posteriormente. Além disso, para o correto aproveitamento da graduação, faz-se necessário que o aluno tenha tido toda uma preparação e uma base teórica para acompanhar e participar das aulas.

O direito à educação pressupõe a participação plena do aluno com algum tipo de deficiência [...] em todas as atividades pedagógicas, esportivas ou de lazer. Sendo a escola um ambiente público, fora do domicílio do aluno, este precisa deslocar-se até esse outro espaço [...]. Existem também os deslocamentos internos, seja em um prédio escolar ou em um campus universitário. Tais deslocamentos se fazem no tempo e no espaço, sendo compartilhados com todos os que precisam fazer esse mesmo percurso para realizar suas atividades diversas. Temos, então, um direito social (a educação) que demanda outros direitos para que possa ser efetivado. Neste caso, têm-se a acessibilidade física, que é um direito constitucional, como uma necessidade para que se possa usufruir de um direito social. (GUERREIRO, 2012, p. 219)

Os problemas de uma pessoa com deficiência para cursar o ensino superior começam já no processo seletivo para o ingresso. Dependendo da deficiência, são necessárias adaptações no processo do vestibular, algumas vezes até mudanças no local da prova. Nem todas as faculdades ou universidades estão prontas para estas adaptações. Algumas vezes, os candidatos com deficiência são prejudicados pela falta de preparo do local, da prova, dos fiscais ou das regras de aplicação, não podendo, assim, disputar as vagas em condições de igualdade com os outros candidatos.

E o vestibular é apenas a primeira barreira a ser ultrapassada.

Para que as pessoas com deficiência aproveitem adequadamente o tempo da graduação para o seu crescimento pessoal e aperfeiçoamento profissional, é preciso ter em mente que

[...] as Universidades configuram-se como um espaço de construção e trocas de conhecimento além de convívio social. Logo, estas instituições como os demais contextos educacionais são responsáveis pela promoção da cidadania e como tal tem o dever de oportunizar e incentivar uma educação para todos. Por sua vez, convivendo em uma comunidade acadêmica, as pessoas com necessidades educacionais especiais podem ter um projeto de vida concretizado, principalmente quando o convívio e as trocas se fortalecem a partir do apoio mútuo. (CASTANHO, FREITAS, 2005, p. 1)

A instituição de ensino superior precisa estar preparada fisicamente e oferecer materiais nos mais diversos suportes para as aulas e as atividades extraclasse.

Há que se destacar que são nos ambientes educacionais que se encontram os grandes produtores e disseminadores do conhecimento, sendo muito rica, tanto em termos quantitativos como qualitativos, a informação que é transmitida nesses ambientes. Essa informação pode estar contida e ser divulgada por meio de diversos conteúdos, em diferentes formatos e mídias, tais como: áudio-visuais, maquetes, modelos tridimensionais, textos, discursos orais, mapas táteis etc. (TORRES; MAZZONI; MELLO, 2007, p. 383)

Segundo o INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (2013a), foram declarados 30.420 cursos de graduação no Censo do ensino superior. Destes cursos, 24.560, ou 80,7% oferecem algum tipo de tecnologia assistiva para a acessibilidade de pessoas com deficiência.

Ter uma biblioteca acessível é um dos apoios mais importantes ao ensino e à integração do aluno com deficiência. No capítulo a seguir, trataremos da importância e dos requisitos necessários para uma biblioteca acessível.

4 BIBLIOTECAS ACESSÍVEIS

Um dos direitos fundamentais do ser humano é o acesso à educação. Além de garantir acesso às aulas, as instituições de ensino devem disponibilizar outros ambientes a seus alunos além das salas de aula. Um dos instrumentos extraclasse mais importantes para o devido aproveitamento das aulas é a biblioteca.

É importante considerar que a implantação de serviços de atendimento a usuários com deficiência em bibliotecas é relevante por permitir a essas pessoas o contato com estas instituições que têm como principais funções: a educacional, cultural e informacional que permitem a sociedade o benefício da formação do conhecimento. O que caracterizam as bibliotecas como imprescindíveis campos para o estabelecimento do processo de inclusão social. (NASCIMENTO, 2011, p. 7)

Não basta disponibilizar o acesso à distância, tecnológico. É preciso garantir o acesso físico, presencial à biblioteca. Deve-se permitir que o usuário com deficiência conviva com seus colegas e que possa frequentar a biblioteca quando lhe convier. A biblioteca deve estar preparada para permitir que todos os usuários possam escolher como usá-la tendo acesso integral, e não apenas a parte dos serviços.

Para entender a função de uma biblioteca, é preciso entender quais as necessidades dos seus usuários. Le Coadic (2004, p. 39) pergunta e responde:

O que leva uma pessoa a procurar informação? A existência de um problema a resolver, de um objetivo a atingir e a constatação de um estado anômalo de conhecimento, insuficiente ou inadequado. A necessidade de informação pareceria pertencer então à categoria das necessidades humanas fundamentais.

Para Paula (2008, p. 44), “a necessidade de informação é considerada uma necessidade fundamental do ser humano” e, por isso, “o acesso à informação deve ser sempre orientado aos usuários, atendendo a suas necessidades”.

E para que as bibliotecas atinjam o objetivo de disponibilizar informações para todos, sem distinções, a acessibilidade se faz indispensável.

as Unidades de Informação devem atingir a todas as categorias da população e suas necessidades, oferecendo informações, conhecimento, atendendo as demandas dos usuários e

proporcionando a todos o livre acesso aos registros do conhecimento.” (PINHEIRO, 2004, p. 4)

Na Declaração da IFLA sobre as Bibliotecas e a liberdade intelectual, lê-se sobre a importância das bibliotecas: “As bibliotecas proporcionam um apoio essencial à formação contínua, para a tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1999). Em conjunto com a Educação e sua importância no aperfeiçoamento intelectual e cultural dos estudantes, pode-se visualizar a imprescindível participação das bibliotecas universitárias na formação dos seres humanos.

Em outro documento, o Manifesto da IFLA sobre internet, a entidade afirma que “as bibliotecas [...] fornecem mecanismos para superar os obstáculos criados pelas diferenças de recursos, tecnologia e formação” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2002, p. 4) e que

as bibliotecas e os serviços de informação também têm a responsabilidade de atender a todos os membros de suas comunidades, independentemente de idade, raça, nacionalidade, religião, cultura, afiliação política, incapacidade física ou de outra natureza, gênero ou orientação sexual, ou qualquer outra condição. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2002, p. 4)

A importância das bibliotecas na inclusão de pessoas com deficiência é inegável e a participação do profissional bibliotecário neste processo é imprescindível.

[...] o bibliotecário tem um papel importante, pois é dele que depende a inclusão ou a exclusão dos indivíduos portadores de necessidades especiais em sua Unidade de Informação, portanto é responsabilidade desse profissional adequá-lo. (PINHEIRO, 2004, p. 4)

Para Pupo (2006a, p. 10), os bibliotecários e profissionais da informação “têm por missão intermediar, possibilitar e facilitar o acesso de quaisquer cidadãos ao conhecimento gerado”. É responsabilidade destes profissionais, então, promover a acessibilidade à biblioteca, aplicando recursos financeiros, treinando os recursos

humanos e fornecendo as condições adequadas para o atendimento indiscriminado de todos os usuários.

Paula (2008, p. 77), fala sobre a preparação da biblioteca universitária quando da presença de alunos com deficiência na universidade:

[...] faz-se necessário um preparo especial, na estruturação da biblioteca universitária, para que a inclusão aconteça, permitindo aos alunos com deficiência condições de igualdade em sua formação e o seu reconhecimento enquanto cidadãos.

Para se obter uma biblioteca acessível fisicamente, o ideal seria pensar sua construção atendendo aos requisitos de acessibilidade. Como nem sempre o ideal é possível, precisamos adequar as bibliotecas já existentes através de reformas ou adaptações.

Além das barreiras arquitetônicas e de acesso, uma barreira menos óbvia, mas que provoca uma parcela considerável da exclusão é a barreira atitudinal. E como ela independe de reforma física, mas requer reforma educacional e demolição de preconceitos, é uma das mais difíceis de se ultrapassar.

[...] não basta simplesmente tornar os ambientes acessíveis (espaços físicos, disponibilizar conhecimentos, etc.). As barreiras mais difíceis de serem contornadas são as “barreiras de atitude”. É preciso que nos tornemos pessoas acessíveis e inclusivas, ou seja, fazer uma revisão de nossas atitudes e muda-las, tendo como foco principal a ideia de que todas as pessoas têm direitos e deveres em uma sociedade democrática e que ninguém deve ser excluído por qualquer razão que seja.” (BAPTISTA, 2006, p. 14)

Na biblioteca, especificamente, instruir e treinar os funcionários para atender as pessoas com deficiência é indispensável. Um bom acolhimento, sem diferenciações, garante no usuário um sentimento de pertencimento ao local, fazendo com que seja um ambiente em que ele se sinta a vontade e queira voltar.

É preciso ter em mente e reforçar com os funcionários, principalmente os responsáveis pelo atendimento, que

o acesso ao conhecimento é um direito de todos os cidadãos, portanto ao atendermos pessoas, com ou sem deficiência, não estamos prestando um favor, mas cumprindo nosso dever enquanto profissionais da informação. (PUPO, 2006, p. 54)

É preciso também levar em consideração as particularidades e as necessidades ímpares de cada usuário. Segundo Torres, Mazzoni e Mello (2007, p. 371)

[...] existe uma outra diversidade, aquela que faz com que, mesmo em situações de deficiências iguais ou semelhantes, as pessoas tenham limitações distintas e necessidades diferentes quanto ao acesso à informação e à comunicação. Isso é devido ao fato de as pessoas que possuem deficiências corporais semelhantes poderem ser diferentes quanto à forma como desempenham suas atividades e participam socialmente, ou seja, elas são diferentes quanto ao aspecto da discapacidade que vivenciam.

Os autores também reforçam a necessidade de a informação estar disponível em vários formatos, captados através dos diversos sentidos humanos:

As diferenças existentes entre os seres humanos, no que diz respeito à forma que necessitam ou que preferem que a informação lhes seja transmitida, manifestam-se em distintos contextos. Os meios de comunicação e os ambientes educacionais ilustram bem a necessidade de que haja acessibilidade no processo de comunicação, objetivo esse que só é alcançado quando se conhece e se aplica o princípio da redundância na transmissão da informação. Esse princípio estabelece que informação acessível é aquela que pode ser captada de forma multissensorial. (TORRES; MAZZONI; MELLO, 2007, p. 379)

Além da obrigatoriedade de atender às exigências das leis e normas, as bibliotecas devem atender também às recomendações do MEC, a fim de alcançar os requisitos que permitem a abertura e manutenção dos cursos pelas instituições de ensino. Dentre estas exigências, está a acessibilidade.

Para a IFLA (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2002, p. 3), “as barreiras para a circulação da informação devem ser removidas, especialmente aquelas que favorecem a desigualdade, a pobreza e o desespero”.

A Portaria n.º 3.284, de 7 de novembro de 2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições, estabelece que as instituições de ensino devem atender a vários requisitos, que têm como referência a NBR 9050 (BRASIL, 1999).

4.1 Aplicando a NBR 9050

Para estabelecer critérios quanto à acessibilidade dos ambientes a ABNT criou a Norma Brasileira (NBR) 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Esta Norma visa proporcionar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004).

Entre os aspectos que a norma aborda, destacaremos alguns que consideramos pertinentes ao nosso caso de estudo.

Comunicação e sinalização

A sinalização deve ser adotada sob o máximo de formas (visual, tátil, sonora) possível. A NBR 9050 estabelece a comunicação necessária para cada situação. A informação deve ser legível tanto às pessoas com deficiência visual, quanto com baixa visão, seja em texto, figura ou símbolo. “Os textos contendo orientações, instruções de uso de áreas, objetos ou equipamentos, regulamentos e normas de conduta e utilização devem [...] conter as mesmas informações escritas em Braille” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004).

Para realmente incluir a pessoa com deficiência em todas as atividades da biblioteca, a comunicação (interna ou externa) deve ser inclusiva, tanto as informações da biblioteca quanto os avisos à comunidade, por exemplo.

Acessos

Pelo menos uma entrada deve ser acessível e ligada à área de circulação e às rotas de emergência e sua localização deve ser devidamente sinalizada (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004), mas é desejável que todas as entradas o sejam. Afinal, a pessoa com deficiência tem o direito de utilizar qualquer entrada que deseje. Obrigar o acesso por uma entrada diferenciada não estimula a inclusão.

“A impossibilidade de vivenciar o espaço da mesma forma que outro usuário representa uma barreira ao relacionamento; barreira esta que pode, em muitos casos, ser considerada maior do que os obstáculos físicos do espaço urbano.” (DUARTE; COHEN, 2004, p. 6)

Se na biblioteca existirem catracas para controle de entrada e saída, pelo menos uma em cada conjunto deve ser acessível. A presença de catracas é um fator inibidor aos usuários, principalmente em um lugar que pretende acolher a todos. O ideal seria não utilizar este meio para o controle da entrada e saída dos usuários.

Área externa

Na área externa, na existência de vagas de estacionamento, algumas delas devem ser reservadas e sinalizadas para pessoas com deficiência em proporção estabelecida pela norma. O caminho percorrido entre o estacionamento e o edifício deve ser acessível ou adaptado (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004).

Circulação

O piso deve ser tátil, não escorregadio e não pode ter desníveis.

Quando da existência de escadas, elas devem ser sinalizadas e com as dimensões apropriadas, como especificado na norma, e dotadas de aparatos de segurança, tais como corrimão e guarda-corpo. Além disso, devem existir rampas com inclinação adequada ou equipamentos de transporte, como alternativa de acesso.

Os corredores devem ter dimensões que permitam a circulação e a execução de manobras com cadeiras de rodas ou, quando não for possível, contar com bolsões de retorno que permitam estas manobras.

O ambiente deve contar com sanitários acessíveis ou adaptados, em número exigido pela norma. Devem estar localizados em rotas acessíveis e ser devidamente sinalizados (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004).

Biblioteca

Quando se tratar de biblioteca escolar ou universitária, ela deve contar com, pelo menos, uma rota acessível que a ligue aos locais de aula (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004).

Uma Biblioteca acessível é um espaço que permite a presença e proveito de todos, e está preparada para acolher a maior variedade de público possível para as suas atividades, com instalações adequadas às diferentes necessidades e em conformidade com as diferenças físicas, antropométricas e sensoriais da população (FERRÉS, 2006, p. 21).

Quando trata especificamente de bibliotecas, a norma estabelece a quantidade de mesas e terminais de consulta acessíveis e adaptáveis à acessibilidade, a distância entre as estantes e altura dos fichários. Determina também que salas de estudo e leitura, balcões de atendimento e áreas de convivência sejam acessíveis. Recomenda ainda que a biblioteca tenha acervo em braile ou em outros formatos audiovisuais (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004).

A localização dos materiais (principalmente aqueles destinados às pessoas com deficiência) deve ser sinalizada de maneiras acessíveis e, preferencialmente, possibilitar a busca pelos próprios usuários. Por exemplo, para as pessoas com deficiência visual, os livros, as estantes e as etiquetas devem estar também em braile, e os resultados da busca devem estar disponíveis em braile (através de teclado) ou áudio (através de software para leitura e reprodução), possibilitando a autonomia do usuário em todas as etapas, da busca à retirada do material da estante.

Deve haver representatividade, em comparação com os outros títulos, do acervo em braile e audiolivros.

4.2 Tecnologia Assistiva

Nunca antes as pessoas com deficiência tiveram tantos recursos tecnológicos à disposição para tentar diminuir a visível desigualdade de oportunidades oferecidas a elas em comparação às pessoas sem deficiência.

O Comitê de Ajudas Técnicas, definiu em 2007 o conceito de Tecnologia Assistiva:

área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2007).

E complementa em outra publicação: “Tecnologia Assistiva diz respeito à pesquisa, fabricação, uso de equipamentos, recursos ou estratégias utilizadas para potencializar as habilidades funcionais das pessoas com deficiência” (BRASIL, 2009b, p. 11)

Na universidade (e nas bibliotecas universitárias), o uso das tecnologias assistivas se faz ainda mais necessário, já que elas permitem o acesso a todo tipo de informação necessária para o desenvolvimento do aluno durante o curso e para seu crescimento pessoal. Para Paula (2008, p. 78), “o objetivo do uso de tecnologias de informação é o de incluir o aluno com deficiência no Subsistema Ensino Superior e na sociedade do conhecimento com autonomia e independência”.

Devido ao alto custo das tecnologias assistivas em geral, as pessoas ou instituições sem acesso a recursos financeiros acabam ficando longe desse facilitador. Muitos estudantes só terão contato com esta tecnologia na universidade, por isso, a importância de cada vez mais bibliotecas se tornarem inclusivas também com o apoio da tecnologia.

Sendo as TA [Tecnologias Assistivas] os programas e/ou artefatos necessários para atender às especificidades das pessoas, não se pode deixar de levar em conta que elas podem ter preços muito altos, principalmente se analisarmos a situação econômica da sociedade brasileira, o que pode dificultar a aquisição por muitas das pessoas com deficiência, inclusive por instituições e ONGs que lhes dão assistência. (PEREIRA, 2011, p. 127)

São consideradas tecnologias assistivas desde ferramentas para auxiliar na locomoção (cadeiras de rodas, bengalas, próteses) quanto para auxiliar na vida cotidiana (lupas, aparelhos auditivos), sem esquecer os dispositivos e softwares para auxiliar no uso de computadores, que são as tecnologias assistivas mais usadas em bibliotecas.

A seguir, as ferramentas mais adquiridas e necessárias para garantir a acessibilidade de bibliotecas universitárias:

Deficiência motora:

- Dispositivo apontador alternativo: alternativa ao mouse ou ao teclado para pessoas que não podem se utilizar dos membros superiores para acioná-los;
- Teclado alternativo: softwares ou dispositivos que auxiliam, de diferentes maneiras de acordo com a dificuldade apresentada, no acionamento das teclas;
- Sistema para entrada de voz: “traduz” o que é dito para texto escrito no computador.

Deficiência visual ou baixa visão

- Sistema para entrada de voz: “traduz” o que é dito para texto escrito no computador;
- Ampliador de tela: aumenta o tamanho dos textos ou janelas no computador para pessoas com baixa visão;
- Leitor de tela com síntese de voz: permitem a leitura do que é utilizado no computador, desde sistemas operacionais e softwares, até processadores de texto;
- Linha braile: dispositivos de saída que disponibilizam informações da tela do computador para leitura em braile;
- Impressora braile: imprime textos em braile;
- Dispositivo de entrada para leitura de documentos impressos: um tipo de escâner que faz a digitalização de um documento impresso possibilitando sua leitura em áudio ou através do linha braile. Normalmente acompanha software para fazer a “tradução” do texto.

5 USP

A Universidade de São Paulo é mantida pelo Estado de São Paulo. Reconhecida nacional e internacionalmente como uma das melhores instituições de ensino superior brasileiras, foi criada em 1934 e oferece cursos em todas as áreas do conhecimento, distribuídos em 12 campi no Estado de São Paulo: Campus da Capital; Escola de Artes, Ciência e Humanidades (EACH ou USP Leste); Faculdade de Direito; Faculdade de Medicina; Escola de Enfermagem; Faculdade de Saúde Pública – todos estes na capital paulista –; Bauru; Ribeirão Preto; São Carlos; Luiz de Queiroz (ESALQ) – em Piracicaba –; Pirassununga e; Escola de Engenharia de Lorena. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, A USP)

5.1 População USP

Segundo o Anuário Estatístico da USP 2012, em 2011, a USP ofereceu 247 cursos de graduação, disponibilizando 11.012 vagas presenciais e semipresenciais no ano. Foram 132.935 candidatos inscritos no vestibular da FUVEST, o mais disputado do país. A graduação neste período contou com 57.902 alunos matriculados e 7.382 concluintes. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012)

Na pós-graduação, também em 2011, foram oferecidos 239 programas e 627 cursos, sendo 319 de mestrado e 308 de doutorado. Um total de 27.795 alunos regulares estavam matriculados (13.816 de mestrado e 13.979 de doutorado), além de 5.322 alunos especiais. Foram outorgados 3.417 títulos de mestrado e 2.214 de doutorado, totalizando 5.631 títulos. 94,6% dos cursos da USP receberam conceitos de 4 a 7 na avaliação da Capes. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012)

Para atender esta demanda de alunos, a USP conta com 5.940 docentes e 16.512 funcionários técnicos-administrativos. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012)

A produção científica destes docentes foi de 27.292 dos mais diversos tipos de publicação, sendo 18.560 publicados no Brasil e 8.732 no exterior e 99,0% dos docentes possui título de doutor ou superior. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012)

5.2 Cidade Universitária

A Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira” está localizada no bairro do Butantã, zona oeste da cidade de São Paulo. Conta com 6.825.601,14 m², sendo 874.384 m² de área construída e 51 unidades, desde unidades de ensino e pesquisa até museu, hospital, editora entre outros. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Prefeitura campus da capital)

As unidades de ensino e pesquisa somam 20 e estão listadas abaixo:

- ECA: Escola de Comunicações e Artes
- EEFE: Escola de Educação Física e Esporte
- EP: Escola Politécnica
- FAU: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
- FCF: Faculdade de Ciências Farmacêuticas
- FE: Faculdade de Educação
- FEA: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
- FFLCH: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
- FMVZ: Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
- FO: Faculdade de Odontologia
- IAG: Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas
- IB: Instituto de Biociências
- ICB: Instituto de Ciências Biomédicas
- IF: Instituto de Física
- IGc: Instituto de Geociências
- IME: Instituto de Matemática e Estatística
- IO: Instituto Oceanográfico
- IP: Instituto de Psicologia
- IQ: Instituto de Química
- IRI: Instituto de Relações Internacionais

Para manter esta estrutura, contou com um orçamento de R\$ 2.046.752.013 em 2011, segundo o Anuário Estatístico USP (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012).

5.3 Acessibilidade na USP e Programa USP Legal

Em 1º de outubro de 2001, Jacques Marcovitch, reitor da Universidade de São Paulo à época, baixou a Portaria GR nº 3304, que constituiu a “Comissão Permanente para assuntos relativos às pessoas portadoras de deficiência vinculadas à Universidade de São Paulo” (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2001), futuro programa USP Legal. A comissão foi criada com o objetivo de propor e possibilitar ações em defesa do direito igualitário das pessoas com deficiência na Universidade de São Paulo e foi instituída como um programa da Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais (CECAE). Quando da extinção do CECAE em 2006 pela Portaria GR nº 3708 (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2006), as atividades do Programa USP Legal foram transferidas para a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária.

A resolução nº 5971, de 08 de setembro de 2011 (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2011), considera:

- que é dever da Universidade estender à sociedade atividades indissociáveis do ensino e da pesquisa, conforme estabelece seu Estatuto;
- que é dever da Universidade propor políticas de inclusão das pessoas com deficiência no âmbito de sua comunidade interna e estimular e apoiar ações dessa natureza no âmbito da sociedade em geral;
- que iniciativas desta natureza inserem-se na área dos direitos humanos [...]

Também estabelece as diretrizes do Programa USP Legal:

- I - estímulo contínuo à promoção e respeito aos direitos humanos a partir de atividades desenvolvidas na Universidade de São Paulo;
- II - articulação com projetos, programas, atividades e grupos já existentes. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2011)

Além de definir o modo de atuação do Programa:

- I - definir a implantação de uma política de inclusão das pessoas com deficiência no âmbito dos programas existentes na USP;
- II - estabelecer diretrizes para que seja desenvolvida a ação conjunta da Administração Central, das Unidades e Órgãos e da Comunidade, de modo a assegurar a plena inclusão de alunos e servidores com deficiência;
- III - propor o estabelecimento de medidas que assegurem às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos,

Arquitetônicos, Atitudinais-gerais/inespecíficas, Atitudinais no contexto institucional e Pedagógicas;
IV - propor o estabelecimento de medidas que assegurem a equiparação de oportunidades, para o ingresso na USP, de alunos e servidores com deficiência. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2011)

Segundo o site do Programa USP Legal, o objetivo do programa é a “Implementação de políticas e ações ligadas à inclusão e plena participação de estudantes, docentes e funcionários com deficiência, em todos os aspectos da vida universitária”. (PROGRAMA USP LEGAL)

Sua atuação

ocorre através de esforços ligados à acessibilidade física, conscientização e sensibilização da comunidade uspiana, além da sistematização e padronização de critérios e procedimentos de acessibilidade dos campi. Visa também promover a inserção do tema da deficiência nos espaços regulares de ensino, pesquisa e extensão universitária da USP. (PROGRAMA USP LEGAL)

O Programa atua em quatro áreas (PROGRAMA0020USP LEGAL):

- Acessibilidade ao meio físico: procura garantir a movimentação das pessoas com deficiência sem obstáculos arquitetônicos;
- Superação de barreiras atitudinais: busca a conscientização da população USP sobre as desigualdades sofridas pelas pessoas com deficiência, objetivando a quebra dos preconceitos;
- Superação de barreiras pedagógicas: procura extinguir os obstáculos ao ingresso e à permanência do aluno com deficiência na USP, elaborando medidas, alterações e discussões acerca das atividades pedagógicas e do vestibular acessível;
- Normas e diretrizes: “sistematização e padronização de critérios e procedimentos de acessibilidade físico-ambiental e pedagógica dos campi”.

Alguns projetos de destaque do programa são:

- Guia USP Acessível: criado em 2008, lista diversos serviços disponibilizados pelas unidades da USP ou serviços externos (tais

como linhas de ônibus adaptadas) que podem melhorar a permanência na Universidade para a toda a Comunidade USP;

- Orientação aos docentes sobre alunos com deficiência: documento que visa esclarecer ao professor a importância de adotar medidas de inclusão dentro da sala de aula. Aborda desde o primeiro contato entre aluno e docente até a elaboração de material ou de atitudes diferenciadas para a inclusão deste alunado;

- Relatório dos alunos da USP com deficiência: relatório com dados do questionário do JupiterWeb² sobre os alunos que responderam que têm deficiência. Os dados ajudam a conhecer o perfil destes alunos, além de possibilitar um direcionamento das ações do programa, buscando atender às demandas destes estudantes;

- Videoteca Legal: blog que traz links para vídeos que tratam do tema deficiência;

- Adaptações nos campi da USP: retirada de obstáculos e colocação de piso tátil nos ambientes externos e internos;

- Rede Saci: reúne informações sobre deficiência e acessibilidade, buscando a inclusão social e digital das pessoas com deficiência;

- Audiolivros de parte da bibliografia para a FUVEST³ 2013: em cooperação com o Sistema Integrado de Bibliotecas da USP (SIBi), Editora Martin Claret e eDaisy, foram disponibilizados seis títulos em formato Daisy para pessoas com deficiência visual.

Um dos projetos de maior destaque do Programa USP Legal é a Rede Saci. Embora esteja vinculada ao Programa e atue com a mesma equipe, é praticamente um projeto independente, já que é anterior ao USP Legal, conta com site próprio e não atende apenas a comunidade USP.

A Rede Saci foi criada em agosto de 1999, integrando parcerias anteriores entre a Rede de Informações Integradas sobre Deficiências (Reintegra) da USP, o Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NCE-UFRJ), a Rede Nacional de Pesquisa (RNP) e a organização não governamental Amankay Instituto de Estudos e Pesquisas. (REDE Saci)

² Sistema online de gestão de matrículas dos alunos de graduação da USP.

³ Fundação Universitária para o Vestibular.

Segundo o site do projeto, (lançado apenas três meses após a criação da rede), a Rede Saci é “uma rede eletrônica para difusão de informações sobre deficiência em âmbito nacional” (REDE Saci). As informações disponibilizadas pelo site estão divididas nos seguintes tópicos: acessibilidade, deficiência, educação e trabalho.

Segundo GONÇALVES (2010, p. 101), o objetivo da criação da Rede Saci era “permitir que o próprio usuário desenvolvesse e compartilhasse conteúdos de forma mais dinâmica, algo ainda pouco utilizado nas aplicações de Internet que prevaleciam naquele momento”. Este objetivo foi atingido, já que grande parte do conteúdo do site foi criado ou enviado pelos próprios usuários.

Os alunos têm à disposição um questionário no Sistema JupiterWeb para responder espontaneamente sobre deficiência.

Nele, estão questões sobre o tipo de deficiência apresentada e as dificuldades e adequações necessárias para um completo aproveitamento da graduação.

Os últimos resultados disponíveis foram coletados em agosto de 2012. De 19.746 alunos que responderam o questionário, 207 se autodeclararam “com deficiência”, ou seja, apenas 1,0% dos alunos de graduação, sendo que um dos casos não era de deficiência permanente.

Considerando os 206 casos de deficiência permanente relatados, temos o seguinte panorama:

Quadro 9 – Número de alunos que se declararam com deficiência, por tipo de deficiência

Deficiência	Alunos	%
Auditiva	36	17,5%
Física	52	25,2%
Mental	34	16,5%
Visual	37	18,0%
Múltipla	9	4,4%
Outras	38	18,4%
TOTAL	206	100,0%

Fonte: Dados obtidos de PROGRAMA USP LEGAL, 2012.

Como cada aluno se declarava com deficiência ou não, alguns tipos de deficiência receberam respostas não padronizadas:

- Deficiência mental: TOC⁴, Dislexia, Esquizofrenia, Transtorno bipolar, Síndrome de Asperger, Déficit de atenção, Depressão, TDAH⁵, Habilidades Acadêmicas;
- Deficiências múltiplas: TDAH, Depressão, Imobilismo, Síndrome de Inferioridade, Dislexia, Discalculia;
- Outras deficiências: TDAH, Depressão, Dislexia, TOC, Daltonismo, Síndrome do pânico, Déficit de atenção, Transtorno afetivo bipolar.

Embora as mudanças de acessibilidade física sejam visíveis na Cidade Universitária, ainda há barreiras a ultrapassar. Em matéria do Jornal do Campus (TARDIN; OLIVEIRA, 2013), alunas cadeirantes apontaram as principais dificuldades para circular pela Cidade Universitária:

- Irregularidades nas calçadas, como buracos, que não permitem que a cadeira de rodas deslize adequadamente;
- Banheiros supostamente adaptados, mas que não permitem a perfeita circulação com uma cadeira de rodas;
- Inclinação inadequada de rampas de acesso;
- Não cumprimento dos requisitos de segurança no serviço de transporte interno oferecido pela Prefeitura do Campus (cinto de segurança para a cadeira de rodas);
- Elevadores quebrados, provocando um maior deslocamento.

Uma reclamação importante foi a de que as adequações só são realizadas após solicitações ou reclamações e de que a USP deveria melhorar sua política de acessibilidade e, principalmente, a comunicação acerca das medidas de acessibilidade e dos setores e órgãos responsáveis pelo assunto na instituição.

Seria importante o Programa USP Legal se mostrar mais presente aos alunos, com projetos de comunicação desde o vestibular e a matrícula dos

⁴ Transtorno obsessivo-compulsivo.

⁵ Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade.

candidatos e não apenas atender às demandas de quem entra em contato. É preciso que o Programa vá até o aluno antes que o aluno precise do Programa.

6 O SIBiUSP

O Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBiUSP) conta atualmente com um total de 45 bibliotecas em unidades de ensino, institutos especializados, hospitais, museus e órgãos administrativos da USP.

Segundo o Anuário Estatístico USP (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012), as bibliotecas possuíam, em 2011 (antes da inauguração da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin), um acervo total de 7.498.428 itens, com uma circulação de 4.171.734 no ano.

Contou também com um orçamento de R\$ 9.978.432,00 para manter o perfeito funcionamento do sistema e das unidades, para garantir o apoio às atividades de ensino e pesquisa da comunidade USP.

Em março de 2013 foi inaugurado o prédio da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, a mais nova biblioteca do SIBiUSP.

6.1 Histórico

Instituído em julho de 1981 para integrar os serviços e acervos das bibliotecas da Universidade, que funcionavam de maneira individual e independente (algumas até mesmo antes da fundação da Universidade em 1934), o SIBiUSP assumiu as atribuições da extinta Divisão de Bibliotecas e Documentação com o objetivo de garantir a qualidade e a unidade no serviço prestado, prioritária, mas não exclusivamente, à comunidade USP.

Sobre a evolução do SIBiUSP e da tecnologia, o Hotsite comemorativo de 30 anos do SIBiUSP (1981-2011) diz que o sistema “inicia-se com o conhecimento registrado em suportes físicos e acesso presencial à informação disponível nas próprias bibliotecas, com a formação dos respectivos acervos”, buscando sempre “alinhar-se aos avanços constantes e inevitáveis do ensino, pesquisa, extensão, com racionalidade de esforços e de recursos humanos, administrativos e financeiros” (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2011).

A partir de fevereiro de 2011 foi implantado pelo SIBiUSP o empréstimo unificado, que permite que alunos, docentes e demais funcionários façam empréstimos em qualquer unidade do sistema.

Em 2013, em comemoração aos 30 anos da criação do SIBiUSP, foi iniciada a exposição “Conhecimento: custódia & acesso”, fazendo “um resgate da memória da informação científica e tecnológica, procurando recuperar uma perspectiva crítica da ação do sistema de informações da Universidade de São Paulo” (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2011). A exposição esteve em um primeiro momento no Museu da Língua Portuguesa na cidade de São Paulo, de 13 de março a 13 de abril de 2012. Após este período, tornou-se itinerante, permanecendo de 24 de maio a 30 de junho na cidade de Ribeirão Preto/SP e de 9 a 19 de agosto de 2012 na 22ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo.

6.2 Medidas de acessibilidade

Em seu site, o SIBiUSP apresenta sua missão:

Promover o acesso e incentivar o uso e a geração da informação, contribuindo para a excelência do ensino, pesquisa e extensão, em todas as áreas do conhecimento, com a utilização eficaz dos recursos públicos. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2010, grifo nosso).

E como valores, traz “Manter o compromisso com a **democratização do acesso à informação de forma equitativa**, respeitando a ética, os valores humanos e a sustentabilidade”. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2010, grifo nosso).

Para corresponder a esta missão e a estes valores é preciso que todos tenham acesso às bibliotecas e às informações nelas contidas. E para que todos tenham acesso, é preciso que as pessoas com deficiência tenham seus direitos garantidos e respeitados.

Para estabelecer a acessibilidade às suas bibliotecas e seus acervos, o SIBiUSP precisaria promover, introduzir e acompanhar programas de acessibilidade, com medidas não apenas pontuais, mas preventivas e continuadas em todas as suas unidades, promovendo o acesso físico, o acesso virtual e a conscientização de seus funcionários e usuários.

O SIBiUSP não tem nenhuma política de acessibilidade estabelecida ou unificada, trabalhando através de ações isoladas e esporádicas, como o Disque Braille (implantado em 1994), o Catálogo Coletivo de Livros em Braille e Livros

Falados – CCL (Implantado em 2001), a disponibilização de títulos do vestibular da FUVEST em audiolivros (já abordada anteriormente) e a integração do leitor iSpeech na base de artigos científicos ScienceDirect (que permite a reprodução em áudio de todas as suas publicações).

Seria uma ótima oportunidade de destaque para o sistema e para a Universidade transformar as bibliotecas da USP em modelo de acessibilidade e inclusão. A ótima repercussão da disponibilização dos audiolivros em diversos meios reconhecidos de comunicação mostra a força que as ações responsáveis socialmente têm sobre a imagem de uma instituição. Mas é preciso um modelo integrado de ação e cooperação para uma real acessibilidade e não esperar ações isoladas da direção de cada biblioteca ou medidas paliativas quando alguma delas é advertida ou citada judicialmente por impedir ou dificultar o acesso de algum usuário.

6.3 As Bibliotecas da Cidade Universitária

Para as informações a seguir, serão consideradas apenas as bibliotecas vinculadas a unidades de ensino (já que só é possível obter informação do alunado com deficiência) e da Cidade Universitária (para garantir a proximidade entre as unidades).

A Cidade Universitária possui 18 unidades de ensino com biblioteca, sendo que a Escola Politécnica conta com, além da Biblioteca Central, mais sete bibliotecas setoriais, com acervos especializados direcionados para as necessidades específicas de cada departamento da Escola.

No quadro a seguir é possível verificar a quantidade de alunos e funcionários das unidades de ensino, podendo-se considerá-los usuários potenciais.

Quadro 10 – Número de alunos e servidores, por unidade de ensino em 2011

Unidade de Ensino	Alunos 2011				Servidores 2011		Total
	Graduação	Pós-graduação	Pós-doutorado	Outros	Docentes	Não-docentes	
Escola de Comunicações e Artes (ECA)	2.185	1.135	41	155	195	246	3.957
Escola de Educação Física e Esportes (EEFE)	528	192	6	0	46	120	892
Escola Politécnica (EP)	4.700	2.324	100	0	454	486	8.064
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU)	1.318	764	12	0	131	191	2.416
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA)	3.099	728	27	0	180	133	4.167
Faculdade de Educação (FE)	867	747	30	754	106	204	2.708
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)	10.198	4.033	119	0	476	369	15.195
Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ)	424	660	47	0	102	310	1.543
Faculdade de Odontologia (FO)	748	413	17	0	153	214	1.545
Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG)	353	212	48	0	70	144	827
Instituto de Biociências (IB)	763	666	82	0	113	215	1.839
Instituto de Ciências Biomédicas (ICB)	20	845	150	0	150	333	1.498
Instituto de Física (IF)	1.427	384	77	0	145	314	2.347
Instituto de Geociências (IGc)	493	238	13	0	61	154	959
Instituto de Matemática e Estatística (IME)	1.798	700	56	0	191	140	2.885

Unidade de Ensino	Alunos 2011				Servidores 2011		Total
	Graduação	Pós-graduação	Pós-doutorado	Outros	Docentes	Não-docentes	
Instituto de Psicologia (IP)	472	797	44	0	91	164	1.568
Instituto de Química (IQ) + Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF) - Conjunto da Químicas	1.720	1.162	150	0	209	455	3.696
Instituto Oceanográfico (IO)	230	286	23	0	40	192	771
TOTAL	31.343	16.286	1.042	909	2.913	4.384	56.877

Fonte: Dados retirados de UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012

Na quadro a seguir, podemos observar o real uso das bibliotecas através do número de usuários no ano de 2011 em cada unidade.

Quadro 11 – Número de usuários, por biblioteca em 2011

Unidade de Ensino	Usuários das Bibliotecas em 2011		
	Usuários USP	Usuários externos	Total
Escola de Comunicações e Artes (ECA)	91.579	1.933	93.512
Escola de Educação Física e Esportes (EEFE)	12.797	2.838	15.635
Escola Politécnica (EP)	189.222	989	190.211
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU)	54.291	10.274	64.565
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA)	302.540	36.770	339.310

Unidade de Ensino	Usuários das Bibliotecas em 2011		
	Usuários USP	Usuários externos	Total
Faculdade de Educação (FE)	223.115	2.082	225.197
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)	368.274	40.905	409.179
Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ)	73.162	1.864	75.026
Faculdade de Odontologia (FO)	18.687	7.250	25.937
Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG)	18.630	345	18.975
Instituto de Biociências (IB)	39.733	1.400	41.133
Instituto de Ciências Biomédicas (ICB)	79.184	48	79.232
Instituto de Física (IF)	71.206	320	71.526
Instituto de Geociências (IGc)	11.256	45.026	56.282
Instituto de Matemática e Estatística (IME)	51.349	794	52.143
Instituto de Psicologia (IP)	0	43.781	43.781
Instituto de Química (IQ) + Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF) - Conjunto da Químicas	82.680	20.670	103.350
Instituto Oceanográfico (IO)	9.350	650	10.000
TOTAL	1.697.055	217.939	1.914.994

Fonte: Dados retirados de UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012

Para atender a esta demanda, as bibliotecas contam com incríveis 3.336.153 itens no acervo, como pode ser visualizado na planilha abaixo, que demonstra os números do acervo em 2011, por tipo de material e unidade.

Quadro 12 – Número de itens no acervo, por tipo e biblioteca em 2011

Unidade de Ensino	Acervo						Total
	Livros	Teses	Periódicos Títulos	Periódicos Fascículos	Multi-meios	Outros	
Escola de Comunicações e Artes (ECA)	37.776	7.693	1.518	130.548	1.659	214	177.890
Escola de Educação Física e Esportes (EEFE)	19.137	1.800	425	23.302	0	2.033	46.272
Escola Politécnica (EP)	113.259	29.200	4.017	461.772	2.321	21.656	628.208
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU)	52.437	2.524	1.250	41.989	70	3.403	100.423
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA)	111.275	8.013	1.896	54.299	1.200	0	174.787
Faculdade de Educação (FE)	99.446	7.148	1.626	68.854	247	136	175.831
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)	339.214	18.172	5.488	176.168	7.305	0	540.859
Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ)	22.347	7.715	1.990	88.292	263	3.046	121.663
Faculdade de Odontologia (FO)	21.672	5.429	2.283	62.445	4.253	3.913	97.712
Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG)	21.777	952	1.163	42.919	789	5.914	72.351
Instituto de Biociências (IB)	28.247	3.049	2.125	166.056	13	13.076	210.441
Instituto de Ciências Biomédicas (ICB)	15.251	3.695	908	48.634	463	27.503	95.546
Instituto de Física (IF)	45.874	5.598	838	149.645	620	1.177	202.914

Unidade de Ensino	Acervo						
	Livros	Teses	Periódicos Títulos	Periódicos Fascículos	Multi- meios	Outros	Total
Instituto de Geociências (IGc)	24.281	4.854	2.195	59.009	7.284	3.115	98.543
Instituto de Matemática e Estatística (IME)	59.996	4.621	1.588	144.696	502	1.522	211.337
Instituto de Psicologia (IP)	32.601	5.388	951	38.616	921	1.014	78.540
Instituto de Química (IQ) + Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF) - Conjunto da Químicas	37.326	5.226	2.926	131.772	11.512	0	185.836
Instituto Oceanográfico (IO)	14.813	1.621	3.131	54.057	35.099	11.410	117.000
TOTAL	1.096.729	122.698	36.318	1.943.073	74.521	99.132	3.336.153

Fonte: Dados retirados de UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012

Este acervo tem uma grande circulação, como pode ser observado no próximo quadro, que mostra os números de empréstimos, renovações e consultas do acervo das unidades em 2011.

Quadro 13 – Números de circulação do acervo por tipo e biblioteca em 2011

Unidade de Ensino	Circulação do acervo em 2011					
	Empré- stimo	Renova- ção online	Renova- ção pre- sencial	Con- sulta	EEB* Forne- cido	Total
Escola de Comunicações e Artes (ECA)	34.375	15.855	4.340	68.495	1.315	124.380
Escola de Educação Física e Esportes (EEFE)	6.954	3.560	1.255	70.472	323	82.564
Escola Politécnica (EP)	55.005	40.149	901	204.261	1.341	301.657
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU)	29.434	19.047	582	41.355	1.106	91.524
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA)	18.447	14.183	2.289	317.421	1.108	353.448
Faculdade de Educação (FE)	33.304	22.387	7.921	61.876	1.304	126.792
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)	161.375	149.212	13.876	295.363	2.065	621.891
Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ)	8.958	3.870	461	29.870	128	43.287
Faculdade de Odontologia (FO)	15.757	4.203	1.873	97.033	141	119.007
Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG)	5.079	3.660	3.646	618	165	13.168
Instituto de Biociências (IB)	6.405	3.095	476	20.214	289	30.479
Instituto de Ciências Biomédicas (ICB)	19.613	14.480	788	11.942	49	46.872
Instituto de Física (IF)	28.531	23.085	914	21.607	338	74.475
Instituto de Geociências (IGc)	10.692	4.217	1.982	33.157	659	50.707
Instituto de Matemática e Estatística (IME)	39.430	32.627	907	126.909	555	200.428

Unidade de Ensino	Circulação do acervo em 2011					
	Empréstimo	Renovação online	Renovação presencial	Consulta	EEB Fornecido	Total
Instituto de Psicologia (IP)	17.126	8.984	3.325	41.624	612	71.671
Instituto de Química (IQ) + Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF) - Conjunto da Químicas	18.014	14.577	31	39.997	284	72.903
Instituto Oceanográfico (IO)	5.250	1.610	1.085	3.890	119	11.954
TOTAL	513.749	378.801	46.652	1.486.104	11.901	2.437.207

Fonte: Dados retirados de UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012.

* EEB: Empréstimo entre Bibliotecas

Segundo o Relatório dos alunos da USP com deficiência, elaborado pelo Programa USP Legal, com dados obtidos em agosto de 2012, a Cidade Universitária conta com 128 pessoas que se declararam com deficiência (PROGRAMA USP LEGAL, 2012). Estes dados estão detalhados na planilha a seguir, que demonstra o número de alunos que se declararam com deficiência em 2012, por tipo de deficiência e unidade de ensino.

Quadro 14 – Número de alunos com deficiência por tipo e unidade de ensino em 2012

Unidade de Ensino	Alunos com deficiência em 2012 na unidade de ensino						
	Auditiva	Física	Mental	Visual	Múltipla	Outras	Total
Escola de Comunicações e Artes (ECA)	2	4	-	-	-	-	6
Escola de Educação Física e Esportes (EEFE)	2	-	-	1	-	-	3
Escola Politécnica (EP)	-	-	2	1	-	1	4
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU)	-	-	-	-	-	-	-
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA)	1	1	-	-	-	2	4
Faculdade de Educação (FE)	-	1	1	3	-	1	6
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)	5	12	8	15	5	9	54
Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ)	-	-	-	-	-	-	-
Faculdade de Odontologia (FO)	1	-	1	1	-	2	5
Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG)	1	1	1	-	-	1	4
Instituto de Biociências (IB)	1	2	1	-	-	-	4
Instituto de Ciências Biomédicas (ICB)	-	-	-	-	-	-	-
Instituto de Física (IF)	1	4	4	1	1	5	16
Instituto de Geociências (IGc)	-	2	-	-	-	-	2
Instituto de Matemática e Estatística (IME)	-	2	3	2	-	1	8

Unidade de Ensino	Alunos com deficiência em 2012 na unidade de ensino						
	Auditiva	Física	Mental	Visual	Múltipla	Outras	Total
Instituto de Psicologia (IP)	-	3	-	-	-	1	4
Instituto de Química (IQ) + Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF) - Conjunto da Químicas	2	1	2	1	1	-	7
Instituto Oceanográfico (IO)	1	-	-	-	-	-	1
TOTAL	17	33	23	25	7	23	128

Fonte: Dados retirados de PROGRAMA USP LEGAL, 2012.

Através da análise dos dados do quadro acima, podemos notar que apenas três unidades não contaram com nenhuma incidência de deficiência entre seus alunos: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) e Instituto de Ciências Biomédicas (ICB).

Estes dados serão melhor analisados a partir das respostas dos questionários enviados e às observações e entrevistas feitas nas unidades.

7 ANÁLISE: QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS

Entre os meses de maio e junho de 2013 foram enviados 25 questionários, via e-mail, para bibliotecas de 18 unidades de ensino no campus Capital. Esta diferença entre o número de unidades de ensino e de bibliotecas se dá, pois a Escola Politécnica conta com uma Biblioteca Central e sete bibliotecas setoriais.

Embora a USP conte com 20 unidades de ensino na Cidade Universitária, a Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF) e o Instituto de Química dividem a mesma biblioteca e o Instituto de Relações Internacionais (IRI) não conta com biblioteca física.

Dos 25 questionários enviados, dez retornaram respondidos, sendo que cinco são de bibliotecas da Escola Politécnica.

7.1 Escola de Comunicações e Artes (ECA): Biblioteca Maria Luiza Monteiro da Cunha

Inaugurada oficialmente em 1970, a biblioteca ocupa 1.648 m² do prédio central da ECA.

Segundo dados do Programa USP Legal (2012), a ECA contava com seis pessoas com deficiência, sendo duas com deficiência auditiva e quatro com deficiência física.

De acordo com o questionário respondido por bibliotecária da unidade, as práticas de acessibilidade da biblioteca são adequadas para a inclusão de pessoas com deficiência, afirma que a biblioteca está sendo constantemente adaptada para atender às demandas vigentes e que possui, atualmente, rampa de acesso, sinalização braile, móveis com dimensões adequadas e sanitário adaptado para pessoas com deficiência.

Sobre Tecnologia Assistiva para computadores, a biblioteca possui apenas leitor de tela NVDA⁶. Quanto ao acervo, há material em braile e em áudio para pessoas com deficiência visual em número que atende à demanda da unidade, segundo a bibliotecária.

⁶ Leitor de tela livre e gratuito para o Sistema Operacional Windows, criado em 2006. Sua sigla corresponde a Non Visual desktop Access.

Ela também afirma que o atendimento às pessoas com deficiência é feito por pessoas capacitadas para este fim, mas nenhuma delas fala Libras. Ter um funcionário com conhecimento em Libras facilitaria o atendimento de pessoas com deficiência auditiva (lembrando que, oficialmente, haviam dois alunos com deficiência auditiva matriculados em 2012) que só utilizem esta língua.

7.2 Escola Politécnica (EP): Bibliotecas

A Biblioteca da Escola Politécnica foi inaugurada em 1895 e passou a fazer parte da Cidade Universitária em 1934. Atualmente, a Divisão de Biblioteca é formada pela Biblioteca Central – que reúne as obras gerais de engenharia e referência, as obras utilizadas no 1º e no 2º ano dos cursos, além de ser depositária das publicações, teses e dissertações de toda a Escola Politécnica (Poli) – e sete bibliotecas setoriais – com acervos especializados nos cursos a que servem –, ocupando uma área física total de 5.550 m².

Serão listadas, a seguir, as oito bibliotecas:

- Biblioteca Central (EPBC);
- Biblioteca de Engenharia Civil (EPEC): Prof. Telemaco Van Langendonck;
- Biblioteca da Engenharia Elétrica (EPEL): Prof. Dr. Luiz de Queiroz Orsini;
- Biblioteca de Engenharia Mecânica, Naval e Oceânica (EPMN): Prof. Dr. Alfredo Coaracy Brazil Gandolfo;
- Biblioteca de Engenharia Metalúrgica (EPMT);
- Biblioteca de Engenharia de Minas (EPMI);
- Biblioteca de Engenharia de Produção (EPRO);
- Biblioteca de Engenharia Química (EPQI).

De acordo com o Relatório dos alunos da USP com deficiência (PROGRAMA USP Legal, 2012), há dois alunos que se declararam com deficiência mental (um com depressão e déficit de atenção/hiperatividade e um com diagnóstico de esquizofrenia), um com deficiência visual e um com outras deficiências (daltonismo).

O questionário sobre acessibilidade foi enviado para as oito bibliotecas e cinco delas responderam: EPEC, EPMN, EPMT e EPMI, EPRO.

Houve certo padrão nas respostas, principalmente a respeito da falta de acessibilidade. Por este motivo, faremos uma análise conjunta dos formulários, destacando as particularidades das respostas dissonantes.

De acordo com as respostas obtidas, não há uma política ou práticas de acessibilidade nas unidades. Não há softwares ou equipamentos para tecnologia assistiva, o que dificulta a autonomia do usuário com deficiência. Também não há acervo em braile ou em áudio para pessoas com deficiência visual.

Sobre a acessibilidade dos edifícios, mobiliário e sinalização:

- EPEC: possui elevador, rampa de acesso e porta automática;
- EPMN: possui elevador;
- EPMT: a biblioteca fica no térreo do edifício, facilitando o acesso;
- EPMI: oferece elevador, rampa e sanitários adaptados;
- EPRO: como não foi projetado para ser uma biblioteca, a entrada principal possui pequeno degrau e os corredores de acesso ao acervo são estreitos.

Apenas na biblioteca da EPMN uma única funcionária fez curso para atendimento de pessoas com deficiência, não sendo especificado se por iniciativa própria ou da biblioteca. Em nenhuma das bibliotecas, há funcionários que falem Libras.

Embora o relatório do Programa USP Legal indique a existência de um aluno com deficiência visual na Poli, nenhuma das bibliotecas destaca a presença de piso tátil, equipamentos e softwares para pessoas cegas ou com baixa visão ou acervo em braile ou áudio.

7.3 Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA): Biblioteca

Quando da fundação da Faculdade de Economia e Administração da USP, em fevereiro de 1946, o Instituto de Administração recebeu o acervo dos servidores do Departamento de Serviço Público (DSP), constituído em 1942, dando início ao acervo definitivamente incorporado ao Serviço de Biblioteca e Documentação da FEA em 1965.

Após a reforma, iniciada em novembro de 2011, a biblioteca conta agora com 5.000 m².

Segundo o Programa USP Legal (2012), a FEA contava com quatro pessoas com deficiência, sendo: uma com deficiência auditiva, uma física e duas com outras deficiências (HIV e dislexia).

Analisando-se as respostas do questionário, nota-se que a Biblioteca da FEA é uma das mais preparadas para receber com qualidade as pessoas com deficiência, principalmente por conta das melhorias de acessibilidade física e da aquisição de equipamentos e softwares de tecnologia assistiva.

A unidade conta com uma equipe responsável pela elaboração e implantação de políticas de acessibilidade. Fica evidente a melhoria no serviço quando se dispõe de um projeto construído desde o início pensando-se nos conceitos e medidas de acessibilidade, ao invés de adaptações e medidas paliativas.

Como a biblioteca passou a ter dois andares após a reforma, passou a contar com elevador para o acesso das pessoas com deficiência ou dificuldade de locomoção. Foram adquiridos equipamentos de tecnologia assistiva que serão futuramente instalados em uma sala de acessibilidade. No momento, esta sala está em processo de planejamento e há previsão de aquisição de mobiliário acessível. Ela também contará com sinalização acessível, mas não é especificado se esta sinalização estará localizada em todo o edifício da biblioteca.

A seguir, os equipamentos e softwares de tecnologia assistiva já adquiridos e que se pretende disponibilizar na sala de acessibilidade:

- Ampliador de telas Topaz Desktop;
- Teclado ampliado;
- Scanner digitalizador e leitor automático SARA;
- Software leitor de telas JAWS;
- Linha braile;
- Leitor de livros digitais portátil Victor Reader Stream;
- Software ampliador de telas Magic Pro;
- Suporte ótico para software.

Embora não disponibilize acervo em braile, há scanner e softwares leitores e ampliadores para leitura de material impresso ou digital.

Todos os funcionários tiveram uma palestra com Marta Gil, do Instituto Amankay, sobre atendimento de pessoas com deficiência. Há projeto de outras palestras com profissionais da área para aperfeiçoamento. Não há funcionário que fale Libras.

7.4 Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH): Biblioteca Florestan Fernandes

Embora a biblioteca da FFLCH tenha sido instalada em 1937, seu acervo começou a ser formado em 1934, ano de início de funcionamento da faculdade e da USP. Conta atualmente com 6.200 m² de espaço físico, distribuídos em três andares (térreo, 1º e 2º).

A FFLCH é a unidade de ensino da USP com mais pessoas que se declararam com deficiência no Relatório dos alunos da USP com deficiência (PROGRAMA USP Legal, 2012). São 54 pessoas, totalizando 26,2% das declarações. São cinco pessoas com deficiência auditiva, doze com deficiência física, oito com deficiência mental (deficiências distribuídas entre habilidades acadêmicas não especificadas, transtorno bipolar em comorbidade com transtorno de ansiedade e depressão, déficit de atenção e dislexia), 15 com deficiência visual, cinco com deficiência múltipla e nove com outras deficiências (gagueira, disfluência na fala e tartamudez, acromegalia, deficiência olfativa, perda parcial de órgão, asma, transtorno afetivo bipolar, transtorno de déficit de atenção e síndrome do pânico).

Pela alta demanda, deveria ser a unidade mais bem preparada para receber os usuários com deficiência. Embora seja possível, pelo questionário enviado à biblioteca, notar a preocupação em adequar a biblioteca às normas de acessibilidade, as ações e as intenções ainda são muito tímidas.

Segundo o questionário, o prédio é acessível e o leiaute (mobiliário e estantes) da biblioteca possibilita a passagem de cadeiras de rodas, mas não detalha se é possível fazer manobras com a cadeira. A compra de piso tátil está em andamento, o que favorecerá as 15 pessoas com deficiência visual que poderão acessar a biblioteca com mais autonomia, se assim o desejarem.

Não há equipamentos ou softwares de tecnologia assistiva, mas uma lupa também está com a compra em andamento. Não há acervo em braile ou em áudio, importante para o público com deficiência visual. Não será de muita valia a

movimentação autônoma proporcionada pelo piso tátil se não há acervo que permita o seu uso sem o auxílio de uma pessoa sem deficiência.

Não há funcionários que falem Libras. Segundo a bibliotecária, os funcionários já tiveram treinamento para atendimento de pessoas com deficiência, mas o projeto não teve continuidade.

7.5 Faculdade de Odontologia: Biblioteca

Anexado à USP na sua fundação, em 1934, na então Faculdade de Farmácia e Odontologia, o acervo do Serviço de Documentação Odontológica (SDO) iniciou-se na Biblioteca da antiga Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia. Após a divisão dos dois cursos, Farmácia e Odontologia, o acervo da biblioteca foi separado de acordo com a necessidade dos cursos.

Segundo o questionário respondido por bibliotecária da unidade, não há políticas de acessibilidade implantadas ou em projeto, não há equipamentos e softwares de tecnologia assistiva, nem acervo em baile ou áudio.

Os funcionários não recebem treinamento para o atendimento de pessoas com deficiência.

Há elevador interno e está em fase final a instalação de elevador externo, que permitirá acesso do estacionamento ao prédio da Faculdade de Odontologia. Quem entra pela portaria principal da unidade de ensino já se encontra no andar da biblioteca. Não há mobiliário ou sinalização adaptados para pessoas com deficiência.

Ao final do questionário, foi inserida uma observação pela bibliotecária, na qual ela afirma que “a biblioteca é especializada em Odontologia e pessoas com deficiência física ou visual não são aptas a praticar a odontologia que requer visão boa, locomoção e habilidade manual intensa”. Ou seja, para justificar a falta de acessibilidade na biblioteca, direito garantido em vários documentos e leis, é reafirmada a falsa similaridade entre deficiência e incapacidade.

Como forma de salientar a falta de conhecimento de uma boa parte dos profissionais bibliotecários quanto a seu público e suas demandas, destacamos o resultado do Relatório dos alunos da USP com deficiência (PROGRAMA USP LEGAL, 2012) quanto à presença de cinco alunos com deficiência matriculados da Faculdade de Odontologia em 2012:

- uma pessoa com deficiência auditiva;
- uma pessoa com deficiência mental (dislexia);
- uma pessoa com deficiência visual;
- duas pessoas com outras deficiências (TDAH⁷, scleromiodermia).

Ou seja, é afirmado que pessoas com deficiência não podem exercer a Odontologia, mas há um aluno com esta deficiência matriculado. Além disso, qual o impedimento de mobilidade a uma pessoa em cadeiras de roda para exercer a profissão?

E mesmo que alguma pessoa com deficiência física esteja impedida de exercer a atividade, provisoriamente ou permanentemente, o que a impede de se tornar docente ou ministrar uma palestra na faculdade. Ela seria barrada na biblioteca da unidade, caso precisasse utilizá-la?

7.6 Instituto de Psicologia (IP): Biblioteca Dante Moreira Leite

Em janeiro de 1972, a biblioteca do Instituto de Psicologia da USP começa a funcionar, após ser formada, em 1970, pelo acervo das cadeiras de Psicologia e Psicologia Educacional da FFLCH. Desde 1995, conta com uma área de 2.170 m² para este acervo.

Segundo o Programa USP Legal (2012), o IP tem quatro pessoas com deficiência, sendo três com deficiência física e uma com outras deficiências (Síndrome do escrivão⁸).

Conforme as respostas do questionário enviado, a biblioteca foi readaptada em 2011, atendendo às normas de acessibilidade do Ministério Público. Não há detalhamento de quais foram as medidas adotadas para esta adequação.

Não há uma política de acessibilidade estabelecida. Não há equipamentos ou softwares que tornem os computadores acessíveis e também não há acervo em braile ou áudio.

⁷ Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade

⁸ Também conhecida como câimbra do escrivão, caracteriza-se por movimentos involuntários da musculatura, principalmente durante o ato de escrever, impossibilitando muitas vezes esta atividade, podendo causar dor.

Sobre treinamento de funcionários para atendimento de pessoas com deficiência, é especificado apenas que um funcionário recebeu um treinamento básico de Libras.

7.7 Conclusões da análise dos questionários

É possível notar através da análise dos questionários respondidos que poucas bibliotecas se preocupam em garantir a acessibilidade de seus ambientes e acervos, mesmo que as unidades que atendam tenham alunos com deficiência matriculados.

Também foi possível identificar através das respostas que os funcionários ainda não estão familiarizados com os termos recomendados para tratar de acessibilidade e deficiência.

A seguir, alguns termos coletados nas respostas dos questionários:

- Deficientes;
- Pessoas especiais;
- Usuários com necessidades especiais;
- Sinalização de chão [piso tátil].

8 ANÁLISE: OBSERVAÇÃO DAS UNIDADES

Durante três dias de junho de 2013, foram feitas visitas de observação às bibliotecas que não responderam ao questionário enviado. Nestas observações, não foram analisadas as condições de acessibilidade do entorno das bibliotecas, uma vez que estas alterações não caberiam diretamente às bibliotecas, mas sim às unidades de ensino e à prefeitura do campus.

Só serão abordados o acervo em braille ou áudio e as tecnologias assistivas quando estes forem facilmente identificáveis entre os serviços oferecidos para os usuários.

8.1 Escola de Educação Física e Esportes (EEFE): Biblioteca Cyro de Andrade

A Biblioteca da EEFE foi criada em junho de 1962. Em março de 1975, ganhou prédio próprio na Universidade de São Paulo, seis anos após a integração da faculdade à Cidade Universitária.

No momento, está passando por uma reforma e apenas parte de seu acervo está disponível para consulta e empréstimo.

De acordo com o Programa USP Legal (2012), a EEFE conta com dois alunos com deficiência auditiva e um com deficiência visual, totalizando três alunos com deficiência.

Durante o período de reforma, a biblioteca está ocupando um antigo refeitório. Lá os funcionários estão alocados com parte do acervo (livros mais utilizados) e os equipamentos indispensáveis para o funcionamento básico da biblioteca. Também estão disponíveis três computadores para os usuários. O resto do acervo e equipamentos está em um andar acima da biblioteca improvisada.

Uma das bibliotecárias da unidade afirmou que o prédio da biblioteca foi desocupado em janeiro de 2013, mas houve demora no início das obras, atrasando a reabertura da biblioteca, agora prevista para agosto de 2013.

Não foi possível obter informações sobre a acessibilidade a ser implantada no novo prédio, já que apenas a bibliotecária chefe tem estas informações e ela estava de férias na data da visita.

De qualquer forma, foi possível averiguar que a procura da biblioteca por pessoas com deficiência é praticamente inexistente. As duas bibliotecárias com que

conversei disseram que nunca atenderam pessoas com deficiência visual ou auditiva e uma delas afirmou que trabalha na biblioteca há mais de 30 anos. Interessante notar que as duas pessoas que se declararam com deficiência, provavelmente, nunca foram vistas na Biblioteca.

Segundo elas, há pouco atendimento a pessoas em cadeiras de rodas, geralmente por dificuldades de mobilidade temporária, causadas por fraturas devido à atividade física.

Não há acervo em braile ou áudio, nem softwares de acessibilidade para uso de computadores por pessoas com deficiência, de acordo com uma das bibliotecárias.

8.2 Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU): Biblioteca

A biblioteca da FAU foi criada, juntamente com a faculdade, em 1948. Em 2008, em comemoração a seus 50 anos, passou por uma reforma.

Segundo Relatório dos alunos da USP com deficiência (PROGRAMA USP Legal, 2012), não há alunos com deficiência na unidade.

Durante a visita foi possível visualizar as condições de acessibilidade oferecidas ou não pela unidade.

A biblioteca é térrea, logo favorece naturalmente o acesso às suas dependências.

A entrada principal não tem portas, mas para adentrar o ambiente é necessário passar pelo balcão de atendimento, que por um lado tem o portal para controle do material que sai da biblioteca e do outro tem uma catraca. Logo, para acessar a biblioteca, a pessoa com cadeira de rodas tem que entrar pela saída.

Há um bom espaço para circulação pelos espaços e ambientes. É possível percorrer os corredores de estantes em cadeira de rodas, mas há dificuldade ao se fazer manobras.

As mesas para estudo individual ou em grupo permitem a aproximação de pessoas em cadeiras de rodas, mas os terminais de consulta são altos, para consultas em pé, impossibilitando o acesso de pessoas em cadeira de rodas ou de baixa estatura.

Devido às necessidades exigidas pelo exercício das atividades do curso, há luminárias individuais nas mesas de estudo, o que indiretamente favorece as pessoas com baixa visão.

As estantes são bem sinalizadas, mas a letra é pequena e a sinalização está no alto, dificultando que pessoas em cadeiras de rodas ou com baixa visão consigam ler seu conteúdo.

Nos computadores não foram encontrados recursos de tecnologia assistiva, apenas os que vêm de fábrica com o Sistema Operacional Windows.

8.3 Faculdade de Educação (FE): Biblioteca

A biblioteca da FE foi criada em 1969, juntamente com própria faculdade, quando da Reforma Universitária que extinguiu o Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da USP. Em junho de 2013, foi inaugurado o novo prédio da biblioteca, contando com três andares e 3.520 m².

Segundo o Programa USP Legal (2012), a Faculdade de Educação conta com seis pessoas com deficiência, sendo uma com deficiência física, uma com deficiência mental (definida pelo aluno apenas como habilidades acadêmicas), três com deficiência visual e uma com outras deficiências (síndrome do pânico).

Como a Biblioteca está dividida em três andares, todos são servidos por elevador, que no momento da visita ainda não estava em funcionamento.

Devido ao pouco tempo desde a inauguração da biblioteca, muitos serviços ainda não estão disponíveis. O último andar, por exemplo, ainda está fechado.

O acesso ao prédio é feito por portas de vidro com maçanetas na altura adequada. Logo na entrada está localizado o balcão de atendimento, um pouco mais alto do que o ideal. A entrada é feita através de um controle de acesso, a catraca. Para que um cadeirante acesse a biblioteca, ele precisa entrar pela porta de saída.

A mesa do serviço de referência é baixa, facilitando o atendimento, e está localizada assim que o usuário ultrapassa o balcão.

A maior parte do prédio não apresenta paredes separando os vários ambientes (excetuando-se as salas de estudo ou de processo técnico).

Há espaço adequado para a circulação de cadeiras de rodas, até mesmo entre as estantes (embora não seja possível fazer manobras).

O mobiliário é totalmente acessível, possibilitando o uso de pessoas com as mais diversas deficiências.

A iluminação é clara e facilitada pelo prédio ser envidraçado.

A sinalização do prédio é totalmente adequada, assim como a sinalização das estantes.

Não há piso tátil para orientação de pessoas com deficiência visual.

O acervo com materiais sobre acessibilidade e deficiência é um dos maiores da USP, até mesmo pela temática da unidade, que é a Educação.

O projeto prevê uma sala de acessibilidade, inclusive já há toda a sinalização para a localização e a sala já tem mobiliário, mas ainda faltam os equipamentos de tecnologia assistiva e acervo acessível. A sala ainda está trancada sem previsão de abertura.

Após a reforma, a Biblioteca da FE tornou-se uma das melhores em acessibilidade da Cidade Universitária, juntamente com a Biblioteca da FEA. Isto mostra que com investimento e projetos bem elaborados, é possível tornar um ambiente acessível a todos.

8.4 Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ): Biblioteca Virginie Buff D'Apice

Foi criada em 1934, quando da integração da então Escola de Medicina Veterinária à Universidade de São Paulo.

Não há alunos com deficiência na unidade, de acordo com o Programa USP Legal (2012).

A biblioteca é térrea, facilitando o acesso, por isso não há rampas ou escadas na unidade. Antes da entrada, há uma porta de vidro. Após os armários, chega-se ao balcão de atendimento, com uma altura acessível. Para entrar ou sair, é preciso passar pelo portal. Só há essa entrada, logo, o acesso é único e pode ser realizado por todos independentemente de suas condições físicas.

Os ambientes são separados por portas, o que não é convidativo aos usuários e acaba se tornando uma barreira.

Nos ambientes há espaço para a circulação em cadeiras de rodas, assim como entre a maioria das estantes. Infelizmente, alguns corredores contam com

colunas de sustentação, que impedem o acesso de cadeirantes e dificultam o acesso de outras pessoas.

As mesas permitem a aproximação de pessoas em cadeiras de roda, mas suas cadeiras são pesadas, impossibilitando que um cadeirante as retire sem ajuda.

A Biblioteca é, no geral, mal sinalizada. As estantes possuem sinalização de contraste, mas as letras tem desenho fino, dificultando a visualização.

Segundo funcionária, para melhorar os recursos de tecnologia assistiva, a biblioteca irá adquirir duas lupas para usuários com baixa visão. A biblioteca não tem obras em braile ou em áudio.

Embora a unidade não tenha alunos com deficiência, isso não isenta a biblioteca de implantar medidas de acessibilidade.

8.5 Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG):

Biblioteca

O acervo do IAG vem sendo formado desde a criação da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, em 1886. Em 1946, foi incorporado à USP, mas somente em 2002 assumiu definitivamente suas instalações definitivas, com um espaço físico de 724 m², onde se encontra até hoje.

Segundo o Programa USP Legal (2012), havia, em 2012, quatro alunos com deficiência matriculados: um com deficiência auditiva, um com deficiência física, um com deficiência mental (dislexia) e um com outras deficiências (transtorno obsessivo compulsivo).

A Biblioteca é térrea, por isso não apresenta escadas ou elevadores. Os saguões e portas são acessíveis e há espaço para a livre circulação de pessoas em cadeiras de rodas. O balcão de atendimento está posicionado próximo à entrada e tem uma altura satisfatória, embora pudesse ser um pouco mais baixo.

É possível circular por entre a maioria das estantes, embora seja difícil manobrar a cadeira de rodas. Alguns materiais, como mapas, estão acondicionados em estantes deslizantes, não permitindo o acesso com autonomia da pessoa com deficiência.

As mesas de estudo individuais não são acessíveis, mas é possível que a pessoas com deficiência utilize as mesas de estudo em grupo. As mesas dos terminais de consulta também não são acessíveis, mas não pelo mobiliário em si,

mas pelo posicionamento das mesas. Elas estão organizadas em fila, não permitindo que uma pessoa em cadeira de rodas possa entrar no espaço entre uma mesa e outra para executar uma pesquisa no acervo.

Biblioteca bem sinalizada visualmente, inclusive a sinalização das estantes, em contraste do amarelo com o preto. O único porém é a localização da sinalização, no alto da estante, dificultando sua visualização.

8.6 Instituto de Biociências (IB): Biblioteca

Em 1934, começou-se a formar o acervo do Curso de Ciências da Faculdade de Filosofia e Letras da USP. Em 1969, com a Reforma Universitária, o curso foi desmembrado, sendo criado o Instituto de Biociência, assim como o acervo, formando bibliotecas especializadas. E em 1984, surge o Serviço de Biblioteca do Instituto de Biociências, a partir da união das bibliotecas departamentais.

A Biblioteca conta com uma área útil total de 1.126 m², sendo 322 m² destinados para o acervo e 196 m² de áreas de estudo.

De acordo com o Relatório dos alunos da USP com deficiência (PROGRAMA USP Legal, 2012), o Instituto contava com quatro alunos com deficiência, sendo um com deficiência auditiva, dois com deficiência física, um com deficiência mental (dislexia).

A Biblioteca está localizada no segundo andar do prédio. A edificação parece ser bem antiga, o que dificulta implantação de medidas de acessibilidade.

Para a entrada na Biblioteca, há uma catraca. Ao lado da catraca há uma portinhola com o símbolo de acessibilidade. Ou seja, caso uma pessoa com deficiência queira utilizar a Biblioteca, terá que “pedir autorização”, enquanto as outras pessoas podem entrar sem pedir a ajuda de ninguém mais.

Os corredores entre as estantes são extremamente apertados. Não permitindo nem mesmo a circulação de uma cadeira de rodas.

As mesas dos terminais de consulta só permitem o uso por pessoas em pé.

Toda a sinalização da biblioteca é insatisfatória quanto à questão da acessibilidade. Por exemplo, a sinalização das estantes foi feita com fundo azul ciano e as letras em azul marinho, dificultando a leitura; há um quadro de avisos onde está afixada a lista de novas aquisições com letra extremamente pequena.

8.7 Instituto de Ciências Biomédicas (ICB): Biblioteca

A Biblioteca foi criada juntamente com o Instituto de Ciências Biomédicas, em 1970 e desde 1993 sua denominação é Serviço de Biblioteca e Informação Biomédica (SBIb).

Não há alunos com deficiência na unidade, segundo o Programa USP Legal (2012).

A Biblioteca possui escadas para acessar alguns ambientes, mas mantém rampas como alternativa para o mesmo acesso.

Para entrar na Biblioteca, há uma porta de vidro pesada, que pode dificultar a abertura para pessoas com mobilidade reduzida. Antes dos acervos, há o balcão de atendimento, que tem altura acima da recomendável para atendimento acessível.

O acesso às estantes é possível com cadeira de rodas, mas é difícil fazer manobras pelos corredores. As teses estão em arquivos deslizantes que impedem o acesso de pessoas com cadeiras de rodas, já que além dos trilhos, que impedem que as rodas deslizem, há a necessidade de movimentação de estantes pesadas através da manivela.

A sinalização é razoável, mas poderia ter seu desempenho melhorado caso as letras fossem maiores.

8.8 Instituto de Física (IF): Biblioteca

A Biblioteca do Instituto de Física iniciou suas atividades em 1970, quando o IF foi criado, substituindo o Departamento de Física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Em 1971, o acervo foi acrescido com o material da Biblioteca da Cadeira de Física Geral da Escola Politécnica. Anteriormente fechado, o acervo foi aberto aos usuários em 1975, possibilitando um aumento de consultas e empréstimos.

O IF possuía 16 alunos com deficiência matriculados em 2012 (PROGRAMA USP Legal, 2012), sendo um com deficiência auditiva, quatro com deficiência física, quatro com deficiência mental (transtorno compulsivo obsessivo, habilidades sociais e dislexia), um com deficiência visual, um com deficiência múltipla e cinco com outras deficiências (TDAH, dislexia, transtorno de ansiedade e depressão, deficiência renal).

O acesso à Biblioteca do Instituto de Física é escondido, mal sinalizado e não acessível. Há uma porta dupla de vidro, sem nenhuma indicação, que dá acesso a um prédio da Física. Imediatamente depois desta porta, à esquerda, há outra pequena porta, com sinalização extremamente discreta, indicando tratar-se da biblioteca.

Após o balcão de atendimento, que tem uma parte mais baixa, possibilitando o atendimento a pessoas em cadeira de rodas, é possível circular pelo saguão sem maiores obstáculos.

O mobiliário é adaptado às pessoas com deficiência.

Os corredores entre as estantes permitem a movimentação de cadeiras de rodas, mas limitam as manobras. Uma parte do acervo de obras de referência e teses está em estantes deslizantes, que dificultam o acesso de cadeiras de rodas devido aos trilhos e a necessidade de movimentação das estantes.

Praticamente não há sinalização adequada na biblioteca. A sinalização das estantes é ineficaz, pois as letras são extremamente finas, o que muitas vezes impossibilita a leitura mesmo o fundo sendo amarelo e as letras pretas.

8.9 Instituto de Geociências (IGc): Biblioteca

O Departamento de Geologia e Paleontologia e o Departamento de Mineralogia e Petrologia, ambos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, foram unificados em 1969, na Reforma Universitária, unificando-se também o acervo de suas bibliotecas, formando a Biblioteca do Instituto de Geociências, na época denominado Instituto de Geociências e Astronomia.

A Biblioteca ocupa 1.222 m² em dois andares.

Em 2012, dois alunos afirmaram no Relatório dos alunos da USP com deficiência (PROGRAMA USP Legal, 2012) ter deficiência física.

O acesso à biblioteca do IGc é feito por uma porta de vidro. Há uma catraca para entrada e um portal para saída. Cada um de um lado do balcão de atendimento, que tem altura um pouco acima do ideal para o atendimento de pessoas em cadeiras de rodas.

Há uma escada separando os dois andares da biblioteca, mas o piso superior também pode ser acessado através de um elevador.

Todo o espaço interno permite uma perfeita circulação para pessoas cadeirantes. As portas, quando presentes, são adaptadas.

As mesas de estudo ou de consulta ao terminal têm altura adequada para o uso confortável de pessoas em quaisquer condições.

Entre as estantes fixas, é possível cruzar os corredores em cadeiras de rodas, mas não fazer manobras. Alguns materiais do acervo estão acondicionados em estantes deslizantes, que dificultam o acesso de pessoas com deficiência.

Os setores e serviços da Biblioteca são bem sinalizados. Para a melhoria da sinalização, a sugestão seria trocá-la por uma nova com tipologia, símbolos e contraste de acordo com os padrões utilizados atualmente. A sinalização das estantes do acervo poderia ser alterada, já que, ou peca pelo tamanho diminuto das letras ou pela localização em lugar alto.

8.10 Instituto de Matemática e Estatística (IME): Biblioteca Prof. Carlos Benjamin de Lyra

A Biblioteca Prof. Carlos Benjamin de Lyra, na época do Departamento de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, foi criada em 1969, um ano antes da criação do IME.

O IME possuía oito alunos com deficiência em 2012 (PROGRAMA USP Legal, 2012), sendo: dois com deficiência física, três com deficiência mental (dislexia e habilidades acadêmicas), dois com deficiência visual e um com outras deficiências (diabetes I).

A Biblioteca está localizada no térreo o bloco A, por isso não há necessidade de rampas ou escadas no acesso. Logo a entrada, há uma porta de vidro pesada e um portal.

O espaço é adequado à movimentação em cadeira de rodas e as mesas de estudo e consulta de acervo são acessíveis.

O balcão está um pouco acima do ideal para atendimento de pessoas em cadeiras de rodas e pessoas de baixa estatura.

A iluminação é um pouco precária, principalmente entre as estantes.

A Biblioteca é mal sinalizada, não indicando todos os serviços e acervos disponíveis e não apresentando uma uniformização na comunicação visual.

O acesso ao acervo é feito por portas de vidro com abertura automática.

Há pouco espaço entre as estantes para circulação.

Os periódicos e os processos técnicos e administrativos ficam em um andar superior, só acessível através de uma escada caracol, que barra as pessoas com dificuldade de locomoção.

8.11 Instituto de Química (IQ) e Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF): Biblioteca

A Divisão de Biblioteca e Documentação do Conjunto das Químicas atende os alunos, docentes e funcionários do Instituto de Química e da Faculdade de Ciências Farmacêuticas.

Seu histórico inicia-se quando da fundação da USP, em 1934, a antiga Escola de Pharmacia, Odontologia e Obstetrícia foi anexada à Cidade universitária sob o nome de Faculdade de Farmácia e Odontologia iniciando o acervo da Biblioteca. Em 1962, após o desmembramento da Faculdade de Odontologia, o acervo foi dividido, formando a Biblioteca da Faculdade de Farmácia e Bioquímica. Entre 1965 e 1966, a unidade passou, juntamente com áreas correlatas migradas de outras faculdades, a ocupar o chamado Conjunto das Químicas. Com a Reforma Universitária de 1970, os acervos de cadeiras e departamentos de outras faculdades foram anexados ao acervo original, formando o Instituto de Química. A partir de 1992, foi denominada Divisão de Biblioteca e Documentação do Conjunto das Químicas.

Desde 1991, a Biblioteca ocupa um prédio com 2.775 m².

O Instituto de Química e a Faculdade de Ciências Farmacêuticas têm, juntos, dois alunos com deficiência auditiva, um com deficiência física, dois com deficiência mental (dislexia, transtorno compulsivo obsessivo), um com deficiência visual e um com deficiência múltipla, totalizando sete alunos com deficiência.

Para o acesso à biblioteca, não há degraus ou rampas. A entrada e a saída são feitas por um portal único, acessível a usuários em cadeiras de rodas. O balcão de atendimento, para ser completamente acessível, poderia ser um pouco mais baixo.

Os espaços nos ambientes possibilitam uma livre movimentação, mas o acesso de um ambiente a outro é separado por portas duplas de madeira, onde geralmente apenas uma delas, estreita, está aberta.

O acesso à sala das obras de referência e às salas de estudo em grupo só é possível através de escada ou de um elevador com as portas extremamente estreitas.

As mesas e demais mobiliários são devidamente adaptados, assim como o balcão apresenta uma altura compatível com o atendimento a todos os usuários.

Os corredores das estantes de periódicos não permitem a circulação de cadeirantes, enquanto os de livros permitem a circulação, mas não manobras e alguns deles apresentam colunas de sustentação, impedindo a entrada. Já nas estantes das obras de referência, é possível circular com certa liberdade.

A sinalização dos corredores de estantes não é a ideal, já que está localizada no alto e apresenta letras muito pequenas.

8.12 Instituto Oceanográfico (IO): Biblioteca Prof. Dr. Gelso Vazzoler

A Biblioteca do então Instituto Paulista de Oceanografia iniciou-se com a aquisição, em 1950, da coleção bibliográfica do naturalista Rodolph Von Inhering.

Segundo o Programa USP Legal, o IO conta com uma pessoa com deficiência auditiva.

A Biblioteca está localizada no térreo, facilitando seu acesso. A entrada e a saída são feitas por um único portal acessível.

Os espaços e o mobiliário permitem a circulação ideal pelos ambientes, embora estes sejam separados por portas não adaptadas. Por exemplo, um cadeirante não consegue se utilizar das salas de estudo em grupo, uma vez que há uma mesa muito próxima à porta, impossibilitando seu acesso e manobras.

As portas de vidros que separam o acervo são automatizadas.

As mesas são facilmente acessadas com cadeiras de rodas, o balcão é acessível tanto quanto à localização quanto à altura e a iluminação é adequada.

Não há espaço para a circulação de cadeiras de rodas entre as estantes, além de alguns corredores apresentarem colunas de sustentação que restringem ainda mais o acesso às obras.

Para acessar o mezanino, com mais livros, há uma escada caracol, que apresenta dificuldades até para uma pessoa sem deficiência.

A comunicação visual não é adequada à acessibilidade, já que a tipografia escolhida e a falta de contraste entre letras e fundo não são apropriadas para pessoas com baixa visão.

8.13 Conclusões da análise das visitas de observação

Durante as visitas, foi possível verificar que a acessibilidade das bibliotecas não está nem perto de ser uma prioridade para a maioria das bibliotecas. Na verdade, muitas delas ignoram completamente as necessidades informacionais desta parcela da população e dos alunos.

Ambientes minimamente adaptados, mas que são vistos como o máximo em acessibilidade são muito comuns, como se a construção de uma simples rampa, muitas vezes fora das medidas, assegurasse a total inclusão da pessoa com deficiência.

A maioria das bibliotecas só toma medidas efetivas quando notificadas pelo Ministério Público ou pela Universidade, executando somente as medidas mínimas para garantir mais um tempo de calma, sem reclamações.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que o atendimento às pessoas com deficiência seja compatível com os níveis de exigência da sociedade moderna, a USP e o SIBiUSP teriam que definir uma política única, com práticas que garantam alterações no espaço físico, mas também nas atitudes em relação à pessoa com deficiência, exigindo uniformidade no atendimento e nos recursos oferecidos. Como no momento, cada biblioteca toma suas próprias decisões quanto à acessibilidade, de acordo com critérios próprios de demanda e necessidade, há um distanciamento das reais exigências de inclusão e participação das bibliotecas na vida acadêmica dos alunos com deficiência.

Foi possível notar, algumas vezes, certo descaso em relação ao tema e ao tratamento dado a esta parcela de usuários das unidades de informação. Por exemplo, nenhuma das bibliotecas destaca suas práticas de acessibilidade (quando as têm) em seus sites. Algumas vezes, nas bibliotecas, mesmo possuindo recursos de acessibilidade, estes não estavam sinalizados e muitas vezes nem se percebe sua existência. E mesmo ao perguntar a um funcionário, muitos os desconhecem.

Também se destaca a falta de conhecimento ou interesse sobre o tema e principalmente sobre os resultados do Relatório do Programa USP Legal (2012) sobre os alunos com deficiência na USP. Mesmo tendo alunos com deficiência matriculados nas unidades de ensino a que servem, as bibliotecas não se preparam para o recebimento destes usuários.

As bibliotecas precisam se anteciper à demanda, fazerem-se necessárias. Se já há a demanda e não se faz nada, a biblioteca está ignorando a sua razão de existir: o usuário. Não se percebe que a ausência destes alunos no ambiente da biblioteca representa não a falta de interesse do aluno, mas a falta de interesse da biblioteca com a formação deste usuário.

Para garantir seu nível de excelência, a USP, que é uma instituição de ensino de vanguarda, conceituada e respeitada nacional e mundialmente, é preciso que suas bibliotecas ofereçam mais do que é estabelecido, tomando a frente e assumindo um papel de liderança, sendo modelo de inclusão e ensino.

REFERÊNCIAS

ACETI, Débora Cristina Siqueira. O amparo legal aos portadores de necessidades especiais. **Anuário da Produção Acadêmica Docente**, v. 1, n. 1, p. 207-215, 2007. Disponível em: <<http://sare.anhanguera.com/index.php/anudo/article/view/760/587>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

BAPTISTA, Maria Isabel S. Dias. Convivendo com as diferenças. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (Org.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas, SP: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006. cap. 2, p. 13-16. Disponível em: <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/producao/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf/view>. Acesso em: 17 de setembro de 2012.

BIBLIOTECA Florestan Fernandes. Disponível em: <<http://biblioteca.fflch.usp.br/>>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

BIBLIOTECA Instituto de Física. Disponível em: <<http://web.if.usp.br/bib/>>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

BITTENCOURT, Leonardo Salazar et al. Acessibilidade e cidadania: barreiras arquitetônicas e exclusão social dos portadores de deficiências físicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/congrext/>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2013.

BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 2 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: 19 set. 2012.

_____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 de agosto de 2009a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 19 set. 2012.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 19 set. 2012.

_____. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 de novembro de 2000a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10048.htm>. Acesso em: 18 set. 2012.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 19 de dezembro de 2000b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm>. Acesso em: 18 set. 2012.

_____. Ministério da Educação. Portaria n.º 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. **Diário Oficial da União**, 11 de novembro de 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 20 de setembro de 2012.

_____. República Federativa. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_29.03.2012/CON1988.shtm>. Acesso em 19 set. 2012.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE - Comitê de Ajudas Técnicas. **Relatório Anual 2007**. Brasília: CAT, 2007. Disponível em: <<http://www.acessobrasil.org.br/CMS08/seo-publicacoes-6.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

_____. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. **Tecnologia Assistiva**. Brasília: CORDE, 2009b. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-tecnologia-assistiva.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

CASTANHO, Denise Molon; FREITAS, Soraia Napoleão. Inclusão e prática docente no ensino superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 27, p. 1-4, 2005. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/4350/2557>>. Acesso em: 14 de março de 2013.

CLEMENTE, Carlos Aparício; CELESTINI, Erica Charkani. **Trabalhando com a diferença: responsabilidade social, inclusão de portadores de deficiência**. Osasco, SP: Espaço da Cidadania, 2004.

COSTA, Gabriela R. V.; MAIOR, Izabel M. M. de L.; LIMA, Niusarete M. de. Acessibilidade no Brasil: uma visão histórica. In: ATIID: Acessibilidade, Tecnologia da Informação e Inclusão Digital, 2005, São Paulo. **Seminário ATIID 2005**. Disponível em: <http://www.prodham.sp.gov.br/multimidia/midia/cd_atiid/principal.htm>. Acesso em: 14 de março de 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul. 2002.

DIVISÃO de Biblioteca e Documentação do Conjunto das Químicas. Disponível em: <<http://www.bcq.usp.br/>>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, Regina. Afeto e Lugar: a construção de uma experiência afetiva por pessoas com dificuldade de locomoção. In: SEMINÁRIO ACESSIBILIDADE NO COTIDIANO, 2004, Rio de Janeiro. **Anais do Seminário Acessibilidade no Cotidiano**, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.processo.fau.ufrj.br/artigos/Afeto%20e%20Acesso%20-%20ACESSIBILIDADE%20NO%20COTIDIANO.pdf>>. Acesso em: 14 de março de 2013.

ESCOLA de Comunicações e Artes. **Serviço de Biblioteca e Documentação**. Disponível em: <<http://www3.eca.usp.br/biblioteca>>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

ESCOLA de Educação Física e Esporte – USP. **Biblioteca**. Disponível em: <<http://www.usp.br/eef/?pagina/mostrar/id/29>>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

ESCOLA Politécnica. **Bibliotecas**. Disponível em: <<http://www.poli.usp.br/bibliotecas>>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

FACULDADE de Arquitetura e Urbanismo. **Biblioteca**. Disponível em: <<http://www.usp.br/fau/fau/secoes/biblio/index.html>>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

FACULDADE de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. **Biblioteca**. Disponível em: <<http://www.fea.usp.br/conteudo.php?i=391>>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

FACULDADE de Educação da USP. **Biblioteca**. Disponível em: <<http://www4.fe.usp.br/biblioteca/apresentacao>>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

FACULDADE de Medicina Veterinária e Zootecnia. **Biblioteca**. Disponível em: <<http://www.fmvz.usp.br/biblioteca>>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

FERRÉS, Sofia Pérez. Acessibilidade física. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (Org.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas, SP: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006. cap. 4, p. 21-32. Disponível em: <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/producao/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf/view>. Acesso em: 17 de setembro de 2012.

GIL, Marta (Coord.). **Educação inclusiva**: o que o professor tem a ver com isso?. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ashoka Brasil, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GONÇALVES, Aline Lima. **Serviço de informação sobre deficiência**: desafios para organização da informação. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GRANDE dicionário Houaiss da língua portuguesa: Beta. São Paulo: Instituto Antônio Houaiss, UOL, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 25, n. 43, p. 217-232, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em: 17 de janeiro de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 set. 2012.

INSTITUTO de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas. **Biblioteca do IAG**. Disponível em: <<http://www.iag.usp.br/biblioteca>>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

INSTITUTO de Ciências Biomédicas. **Serviço de Biblioteca Biomédica**. Disponível em: <<http://www.icb.usp.br/~bibicb/>>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

INSTITUTO de Geociências. **Serviço de Biblioteca e Documentação**. Disponível em: <<http://www.igc.usp.br/index.php?id=330/>>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

INSTITUTO de Matemática e Estatística. **Biblioteca Prof. Carlos Benjamin de Lyra**. Disponível em: <<http://www.ime.usp.br/bib>>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

INSTITUTO de Psicologia. **Biblioteca**. Disponível em: <http://www.ip.usp.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1459&Itemid=86&lang=pt>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior**: 2011 – resumo técnico. Brasília: Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013a. Disponível em:
<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2013.

_____. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação: 2011.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

INSTITUTO Oceanográfico. **Biblioteca Prof. Dr. Gelso Vazzoler.** Disponível em: <<http://www.io.usp.br/tiki-index.php?page=Biblioteca%20Prof.%20Dr.%20Gelso%20Vazzoler>>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Declaração da IFLA sobre as Bibliotecas e a liberdade intelectual.** Haia: IFLA, 1999. Disponível em: <http://archive.ifla.org/faife/policy/iflastat/iflastat_pt.htm>. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

_____. **Manifesto da IFLA sobre Internet.** Tradução: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB). Haia: IFLA, 2002. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/faife/publications/policy-documents/internet-manifesto-pt.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação.** 2. ed. rev. e atual. Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2004.

MOREIRA, Laura Ceretta. In(ex)clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 25, p. 1-6, 2005. Disponível em: <<http://cascavel.cpd.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/4902/2939>>. Acesso em: 17 de janeiro de 2013.

NASCIMENTO, Bruna Laís Campos do et al. Trajetória do serviço de atendimento ao usuário com deficiência na Biblioteca Central Zila Mamede da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24, 2011, Maceió. **XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação**, 2011. Disponível em: <<http://febab.org.br/congressos/index.php/cbbd/xxiv/paper/view/532>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2013.

NORONHA, Daisy Pires (Org.). **Instruções para apresentação de trabalhos de conclusão de curso – TCC.** 2. ed. São Paulo: USP, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos direitos das pessoas deficientes.** Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, 09 dez. 1975.

Disponível em: <<http://www.centroruibianchi.sp.gov.br/sis/noticias.php?c=207>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, 10 dez. 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 20 set. 2012.

PAULA, Sonia Nascimento de. **Acessibilidade à informação em bibliotecas universitárias e a formação do bibliotecário**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_arquivos/2/TDE-2009-07-15T083717Z-1522/Publico/Sonia%20Nascimento%20de%20Paula.pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2013.

PEREIRA, Rita de Cassia de Sena Pardo. Tecnologias assistivas e deficiência: algumas considerações. **ETD: Educação Temática Digital**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 119-133, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/2249>>. Acesso em: 14 de abril. 2013.

PINHEIRO, Danielle da Silva. O bibliotecário e o atendimento aos usuários com necessidades especiais em unidades de informação. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, Marília, v. 4, n. 3, p. 1-7, 2004. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/viewFile/95/96>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2013.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida. **Dicas de relacionamento com as pessoas com deficiência**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2012.

PROGRAMA USP LEGAL. **USP Legal**. Disponível em: <<http://usplegal.saci.org.br>>. Acesso em: 13 de maio de 2013.

_____. **Relatório dos alunos da USP com deficiência**. São Paulo, set. 2012.

_____. **Videoteca Legal** [blog]. Disponível em: <<http://wordpress.saci.org.br/>>. Acesso em: 14 de maio de 2013.

PUPO, Deise Tallarico. Acessibilidade e inclusão: o que isso tem a ver com os bibliotecários?. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (Org.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas, SP : UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006a. cap. 1, p. 10-12. Disponível em: <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/producao/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf/view>. Acesso em: 17 de setembro de 2012.

_____. Laboratório de acessibilidade. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (Org.). **Acessibilidade: discurso e prática no**

cotidiano das bibliotecas. Campinas, SP: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006b. cap. 7, p. 51-61. Disponível em: <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/producao/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf/view>. Acesso em: 17 de setembro de 2012.

PUPO, Deise Tallarico; CARVALHO, Silvia Helena Rodrigues de; OLIVEIRA, Vanessa Cristina. Educação inclusiva e bibliotecas acessíveis. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 259-267, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/562/686>>. Acesso em: 14 de março de 2013.

REDE Saci. Disponível em: <<http://saci.org.br/>>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

ROSS, Paulo Ricardo. Educação e trabalho: a conquista da diversidade ante as políticas neoliberais. In: BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Maria (Org.). **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania**. 8. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008. (Série Educação Especial). cap. 2. p. 53-110.

SERVIÇO de Biblioteca do Instituto de Biociências da USP. Disponível em: <<http://www.ib.usp.br/biblioteca/>>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

SERVIÇO de Documentação Odontológica. Disponível em: <<http://www.fo.usp.br/sdo>>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

SILVA, E. L.; CUNHA, M. V. A formação profissional do século XXI: desafios e dilemas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 77-82, set./dez. 2002.

TARDIN, Frederico Gabre; OLIVEIRA, João Vitor. Alunas apontam problemas de acessibilidade na USP. **Jornal do Campus**, n. 409, maio 2013. Disponível em: <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2013/05/alunas-apontam-problemas-de-acessibilidade-na-usp/>>. Acesso em: 2 de junho de 2013.

TOMASINI, Maria Elisabete Archer. Expatriação social e a segregação institucional da diferença: reflexões. In: BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Maria (Org.). **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania**. 8. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008. (Série Educação Especial). cap. 3. p.111-133

TORRES, Elisabeth Fátima; MAZZONI, Alberto Angel; MELLO, Anahi Guedes de. Nem toda pessoa cega lê em Braille nem toda pessoa surda se comunica em língua de sinais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 369- 385, maio/ago. 2007.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **A USP**. Disponível em: <<http://www5.usp.br/institucional/a-usp/>>. Acesso em: 03 de maio de 2013.

_____. Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais (CECAE). Programa USP Legal. **Orientação aos docentes sobre alunos com deficiência**. Disponível em:

<<http://usplegal.saci.org.br/acoes/publicacoes/docentes.pdf>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2013.

_____. Portaria GR nº 3304, de 1º de outubro de 2001. Constitui Comissão Permanente para assuntos relativos às pessoas portadoras de deficiência vinculadas à Universidade de São Paulo. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, 1 de outubro de 2001. Disponível em: <http://www.leginf.usp.br/?post_type=portaria&p=10116>. Acesso em: 12 de maio de 2013.

_____. Portaria GR nº 3708, de 19 de setembro de 2006. Dispõe sobre a transferência de programas da CECAE para a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, 19 de setembro de 2006. Disponível em: <<http://www.leginf.usp.br/?portaria=portaria-gr-no-3708-de-19-de-setembro-de-2006>>. Acesso em: 12 de maio de 2013.

_____. **Prefeitura campus da capital**. <<http://www.puspc.usp.br/>>. Acesso em: 15 de maio de 2013.

_____. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. Programa USP Legal. **Guia USP acessível 2008**. 2008. Disponível em: <<https://sistemas2.usp.br/jupiterweb/grdGuiaUSPAcessivel.jsp>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2013.

_____. Resolução nº 5971, de 08 de setembro de 2011. Cria o Programa USP-Legal, subordinado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. Revoga as Portarias GR nos 3304/2001, 3370/2002 e 3708/2006. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, 8 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://normas.vitis.uspnet.usp.br/?q=node/7498>>. Acesso em: 12 de maio de 2013.

_____. **Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo**. 2010. Disponível em: <<http://www.usp.br/sibi/index.php>>. Acesso em: 15 de maio de 2013.

_____. _____. **Hotsite comemorativo dos 30 anos do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP**. 2011. Disponível em: <<http://www.sibi.usp.br/30anos/>>. Acesso em: 15 de maio de 2013.

_____. _____. **Programa de Acessibilidade SIBiUSP**. Disponível em: <<http://www.bibliotecas.usp.br/acessibilidade/>>. Acesso em: 10 de maio de 2013.

_____. Vice-Reitoria Executiva de Administração. **Anuário Estatístico USP**. 26. ed. São Paulo: VREA/USP, 2012.

USP converte seis obras da lista da Fuvest em audiolivros. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,usp-converte-seis-obras-da-lista-da-fuvest-em-audiolivros,973668,0.htm>>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

APÊNDICE A – Questionário enviado às bibliotecas**QUESTIONÁRIO****Nome:****Biblioteca:****Cargo:**

A biblioteca em que trabalha possui políticas ou práticas de acessibilidade? Quais?

A biblioteca é fisicamente acessível (prédio, sinalização e mobiliário)? Quais os pontos de destaque na acessibilidade?

A biblioteca tem equipamentos e softwares de tecnologia assistiva, possibilitando uma maior autonomia ao usuário com deficiência? Quais?

Há acervo em braile ou em áudio para as pessoas com deficiência visual? Este material está presente em quantidade representativa em relação ao restante do acervo?

Os funcionários recebem treinamento ou instruções para o atendimento de pessoas com deficiência? Há funcionários que falem Libras (Linguagem Brasileira de Sinais)?

ANEXO A – Questionário sobre deficiência disponível no Sistema JupiterWeb

Prezado Estudante,

A Pró-Reitoria de Graduação está aplicando este questionário com a finalidade de identificar alunos com deficiência e implementar ações para a melhoria de sua qualidade de vida e aproveitamento acadêmico.

1. Você tem alguma deficiência?

deficiência - toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica, ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. (Decreto N° 3.298, de 20 de dezembro de 1999)

2. Deficiência física?

alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Especifique:

3. Deficiência auditiva?

perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras.

Especifique:

4. Deficiência visual?

acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20° (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações.

Especifique:

5. Deficiência mental?

funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidade adaptativas.

Especifique:

6. Deficiência múltiplas?

associação de duas ou mais deficiências.

Especifique:

7. Outras?

Especifique:

8. Temporária ou permanente?

deficiência temporária (previsão da duração)

deficiência permanente - aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos.

Especifique:

9. Essa deficiência gera incapacidade ou necessidade especial?

incapacidade - uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

10. Você precisa de adaptações/adequações na biblioteca de sua Unidade para facilitar o seu acesso aos recursos disponíveis?

Especifique:

11. Você teve alguma dificuldade ou dúvida ao preencher este questionário?

Especifique: